

PARÁ Industrial

MAIO 2013 • ANO 6 • EDIÇÃO 24

INFINITAS POSSIBILIDADES

DEPOIS DE GANHAR O MUNDO CONQUISTANDO OS MAIS VARIADOS PALADARES, O ACAÍ SE APRESENTA COMO MATÉRIA-PRIMA PARA A PRODUÇÃO DO POLIURETANO, UMA SUBSTÂNCIA DE ALTO VALOR PARA A INDÚSTRIA

**EDUCAÇÃO. MATÉRIA-PRIMA DE UMA
VIDA MELHOR.**



*Trabalhador feliz,
indústria mais competitiva.
SESI Indústria Saudável.
Nova unidade
do SESI em Belém.*



Uma iniciativa da Indústria Paraense



Uma iniciativa da Indústria Paraense

Av. João Paulo II, 1267 - Marco - Belém - (91) 3251-1600 - sesi_industriasaudavel@sesipa.org.br

Bruno Carachesti



28 Número 1 na mesa do paraense, o açaí tem mostrado sua importância também para a indústria por meio de suas utilidades comerciais

14 São grandes as expectativas para a instalação da primeira Zona de Processamento de Exportações (ZPE) no Pará, sediada em Barcarena

18 Apesar do potencial produtivo, a indústria alimentícia do estado padece com a logística precária e os problemas que permeiam diversas culturas produtivas, como da mandioca

22 Empresários, autoridades e a população em geral se reúne para mais uma Feira da Indústria (FIPA), que traz as inovações e os melhores produtos *made in Pará*

36 Empresas apostam na pesquisa de clima organizacional como ferramenta para avaliar a opinião dos empregados sobre as práticas institucionais

40 Cursos técnicos do SENAI deixam ex-alunos mais perto de melhores oportunidades de trabalho

44 SESI atua em parceria com as empresas que querem elevar o nível de qualificação de seus trabalhadores

SEÇÕES

↳ **Editorial**
Pág. 5

↳ **Radar da Indústria**
Pág. 6

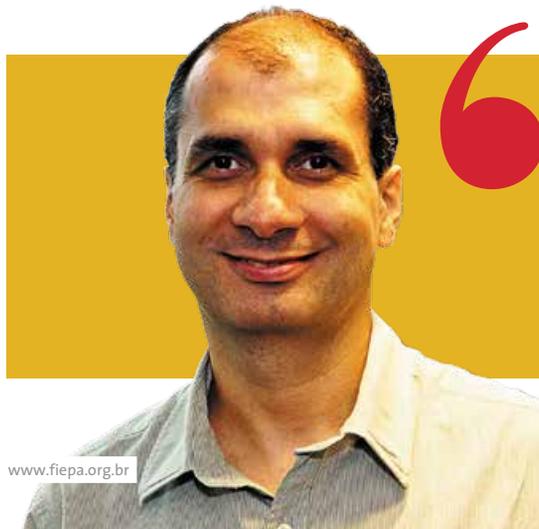
↳ **Direitos e Deveres**
Pág. 34

↳ **Vida Corporativa**
Pág. 48

ARTIGOS

↳ **Flexa Ribeiro**
Pág. 9

↳ **Simão Jatene**
Pág. 21



6 **A INDÚSTRIA VAI CONTINUAR CRESCENDO, PRODUZINDO CADA VEZ MAIS, COMO VEM ACONTECENDO NAS ÚLTIMAS DÉCADAS."**

ENTREVISTA com o professor e PhD em Economia, Eduardo Andrade

DIRETORIA DA FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO PARÁ/FIEPA QUADRIÊNIO 2010/2014

PRESIDENTE

José Conrado Azevedo Santos

VICE-PRESIDENTES

Sidney Jorge Rosa • 1º Vice-Presidente
 Gualter Parente Leitão • 2º Vice-Presidente
 Manoel Pereira dos Santos Júnior
 Nilson Monteiro de Azevedo
 Roberto Kataoka Oyama
 Luiz Carlos da Costa Monteiro
 Hélio de Moura Melo Filho
 José Maria da Costa Mendonça
 Luiz Otávio Rei Monteiro
 Juarez de Paula Simões
 Marcos Marcelino de Oliveira

SECRETÁRIOS

Elias Gomes Pedrosa Neto • 1º Secretário
 Antonio Djalma Souza Vasconcelos • 2º Secretário

TESOUREIROS

Ivanildo Pereira de Pontes • 1º Tesoureiro
 Roberto Rodrigues Lima • 2º Tesoureiro

DIRETORIA

Carlos Jorge da Silva Lima
 Antonio Pereira da Silva
 Pedro Flávio Costa Azevedo
 Rita de Cássia Arêas dos Santos
 Cezar Paulo Remor
 Antonio Emil dos Santos L. C. Macedo
 Solange Maria Alves Mota Santos
 André Luiz Ferreira Fontes
 Raimundo Gonçalves Barbosa
 Frederico Vendramini Nunes Oliveira
 Darci Dalberto Uliana
 Fernando Bruno Barbosa
 Neudo Tavares
 Armando José Romanguera Burle
 Paulo Afonso Costa
 Nelson Kataoka

CONSELHO FISCAL

Efetivos:
 Fernando de Souza Flexa Ribeiro
 Luizinho Bartolomeu de Macedo
 Lísio dos Santos Capela

Suplentes:

José Duarte de Almeida Santos
 João Batista Correa Filho
 Mário César Lombardi

DELEGADOS

Efetivo junto à CNI:
 José Conrado Azevedo Santos

Suplentes junto à CNI:

Sydney Jorge Rosa
 Gualter Parente Leitão
 Manoel Pereira dos Santos Júnior

SUPERINTENDENTE REGIONAL DO SESI

José Olímpio Bastos

DIRETOR REGIONAL DO SENAI

Gerson dos Santos Peres

DIRETOR REGIONAL DO IEL

Gualter Parente Leitão

CHEFE DE GABINETE DA FIEPA

Fabio Contente Biolcati Rodrigues



MAIO DE 2013
ANO 6 • EDIÇÃO 24

temple
 COMUNICAÇÃO

PRODUÇÃO

Travessa Benjamin Constant, nº 1416
 Bairro Nazaré | Cep: 66035-060
www.temple.com.br
temple@temple.com.br

REDAÇÃO

Coordenação: Cleide Pinheiro
Edição: Camila Gaia
Projeto gráfico: Calazans Souza
Tratamento de imagem e diagramação: Antônio Machado e Márcio Alvarenga
Reportagens: Camila Gaia, Izabelle Aguiar de Araújo, Lorena Nobre Dourado, Paloma Miranda, Paulo Henrique Gadelha, Thaís Corrêa, Valéria Barros e Yuri Age
Arte da capa: Antonio Machado
Revisão de texto: Carol Magno
Revisão de conteúdo: Ivanildo Pontes

PUBLICIDADE

Temple Comunicação
temple@temple.com.br
 (91) 3205-6504
Impressão: Marques Editora
Tiragem: 15.000 exemplares

** As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente o pensamento da FIEPA.*



FALE COM A PARÁ INDUSTRIAL

www.fiepa.org.br

Assessoria de Comunicação da Fiepa
 Travessa Quintino Bocaiuva, nº 1588, 7º andar. CEP: 66035-190. Belém (PA)
 (91) 4009-4900 / 4009-4815
 Comentários e sugestões de pauta: ascom@fiepa.org.br

twitter

Siga o nosso perfil
 @sistemaFIEPA

facebook

Curta
 /sistemaFiepa



SENAI 60 ANOS: QUALIFICANDO A MÃO DE OBRA E CONTRIBUINDO COM UMA INDÚSTRIA MAIS INOVADORA

JOSÉ CONRADO SANTOS

PRESIDENTE DO SISTEMA FEDERAÇÃO DAS
INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARÁ (FIEPA)

No final da década de 30, o Brasil deixava as bases de uma economia rural para iniciar mais fortemente a fase da industrialização de suas riquezas. Foi em 1938, que o governo Getúlio Vargas deu origem a uma das mais importantes estruturas para viabilizar o crescimento industrial brasileiro, o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai). No Pará, a instituição surgiu no mesmo ano de criação da maior empresa brasileira, a Petrobras, em 1953.

O Senai surgiu em paralelo a industrialização brasileira, pois era de extrema relevância qualificar o homem do campo, dando condições à ele para fazer a engrenagem rodar e, com sua força de trabalho, transformar nossas riquezas naturais em produtos manufaturados. Sem a profissionalização da nossa mão de obra, seguramente, aquele novo modelo econômico não vingaria e o Brasil continuaria no passado, tendo sua economia baseada unicamente no setor agrícola.

Mantido e administrado unicamente pelas indústrias, o Senai, mais do que contribuir para o surgimento e consolidação de um parque industrial moderno, inovador e competitivo foi capaz de mudar vidas. Ao longo das seis décadas de atuação no Pará, o Senai foi responsável pela qualificação de mais de meio milhão de pessoas no estado. Aqueles que antes viviam sem expectativas de futuro, tiveram no Senai a mola propulsora para a elevação da qualidade de vida. Com melhores empregos e posições de destaque no mercado de trabalho, nossos ex-alunos são a prova do poder transformador da educação. São inúmeros os casos de sucesso que o Senai Pará ostenta com tanto orgulho em seu portfólio. Aqueles que passam pelos nossos cursos de mecânica, eletromecânica, soldagem, panificação, mineração, costura industrial, computação, além de tantos outros oferecidos para atender à demanda do mercado, tem emprego garantido. Pesquisa realizada pelo Senai Nacional, no período de 2010 a 2012, indicou que 72% dos ex-alunos

dos cursos técnicos conseguem trabalho logo no primeiro ano após a formatura. No Pará o nível de empregabilidade dos alunos dos cursos técnicos é ainda maior, de 84%. O que garante a alta empregabilidade do Senai é a confiança dos empresários brasileiros nesta instituição. Mais de 90% das empresas revelaram à pesquisa que dão preferência à contratação dos alunos do Senai.

No decorrer de sua trajetória, o Senai se tornou referência mundial em educação profissional, trabalhando de forma integrada em todo o Brasil para fortalecer as empresas, valorizar os trabalhadores e promover o crescimento econômico e social de nosso país. A missão não é fácil. Estamos trabalhando, lado a lado com a Confederação Nacional da Indústria (CNI), de forma a alcançarmos nossos objetivos. Para tanto, investiremos, nos próximos anos, aproximadamente R\$ 80 milhões na ampliação e construção de novas unidades que venham a atender à demanda da indústria paraense.

Ampliando nossa atuação e acompanhando o ritmo frenético de um mercado mundial altamente competitivo, o Senai – que já se tornou referência na qualificação da mão de obra brasileira – vem trilhando também o caminho da inovação. Aqui no estado, sediaremos o Instituto Senai de Inovação em Tecnologias Mineraias. Com um investimento superior a R\$ 50 milhões, este instituto atenderá não somente as indústrias paraenses, mas todas aquelas que estão instaladas no Brasil e que buscam na inovação a saída para tornarem-se mais competitivas. Este instituto se somará aos demais 22 outros que deverão compor a Rede de Institutos de Inovação do Senai e atenderão aos mais variados segmentos da indústria brasileira.

Agregando a inovação à sua expertise, o Senai se moderniza e acompanha as demandas da indústria brasileira. Deixamos de ser a engrenagem para nos tornarmos a fibra ótica, que leva o conhecimento de maneira mais segura, ágil e com capacidade de transportar grandes quantidades de informação, passando por cima das distâncias e barreiras geográficas. ➔





↳ Lorena Nobre Dourado

EMPREGADOS COM UMA VIDA MAIS SAUDÁVEL

A Alcoa lançou em abril um programa voltado à saúde de funcionários, familiares e população jurutiense. O Alcoa Bem-estar está em todas as unidades da companhia no mundo e busca incentivar a melhoria da qualidade de vida por meio de quatro pilares: tabaco zero, alimentação saudável, ser ativo e equilíbrio. Como parte do programa, a Alcoa está incentivando os funcionários a participarem do Desafio Corporativo Global 2013 (GCC na sigla em inglês), uma competição que medirá o volume de exercícios de equipes de todo o mundo durante 16 semanas. As equipes inscritas receberão acelerômetros, um equipamento que mede o quanto uma pessoa anda por dia. É uma forma de estimular a determinação dos colaboradores de forma divertida e saudável. Cada grupo de sete funcionários pode se inscrever e participar da competição. Ganha a equipe que se exercita mais. Aproximadamente 2 mil funcionários diretos e indiretos da Alcoa Mina de Juruti têm direito também a desconto em uma academia de ginástica para incentivar a prática de exercícios. Além disso, o programa convida toda a comunidade a integrar atividades coletivas, como aulas de ginástica na praça central da cidade de Juruti. As aulas ocorrem regularmente, às terças e quintas, sempre às 20h, com apoio da Prefeitura Municipal, que cede o espaço.

QUALIFICAÇÃO PARA A ÁREA DE PANIFICAÇÃO

O Senai apresenta na abertura da Feira da Indústria do Pará (FIPA), no dia 22 de maio, a nova unidade móvel de Panificação da instituição, a segunda em operação no estado. Equipada com cozinha e um espaço para aulas teóricas, a carreta permanece durante os quatro dias de feira oferecendo minicursos gratuitos na área de panificação. Dotada de equipamentos de última geração, seguindo todos os padrões da Norma NR-12, de segurança no trabalho em máquinas e equipamentos, a nova unidade tem capacidade para 20 alunos em cursos como de padeiro e confeitoiro, cozinheiro industrial, boas práticas de fabricação de alimentos, dentre outros. Além de modernos equipamentos, a nova unidade é adaptada para atender pessoas com deficiência.

CORRIDA DO SESI COMEMORA RESULTADOS

↳ Ray Nonato



A Corrida do Sesi chegou a sua 23ª edição este ano com excelentes resultados. Entre as inovações da prova, uma das competições mais tradicionais da região norte e nordeste do Brasil, esteve o formato de inscrição que passou a ser pela internet e garantiu agilidade e praticidade para os 3.200 atletas que garantiram suas vagas na prova. Outra novidade foi a participação de cadeirantes femininas, totalizando 27 categorias. Os vencedores entre a comunidade foram José Maria de Almeida e Risonete Santos Moura. Já os primeiros colocados da indústria que irão disputar a Corrida de São Silvestre em São Paulo foram Adão Santos de Assunção, da Companhia Têxtil de Castanhal (CTC); Moisés Gaioso Saraiva, da Polienge Engenharia; Roneilma de Oliveira Silva, da Sococo; e Maria Célia da Silva Chaves, também da CTC.

60 BILHÕES DE DÓLARES EM INVESTIMENTOS NA AMAZÔNIA

O IBRAM – Instituto Brasileiro de Mineração é a entidade nacional representativa de empresas e instituições que atuam na indústria da mineração. Além de congrega, promover e divulgar o setor industrial, defende a sustentabilidade e a qualidade de vida da sociedade em que há atividade minerária. Para enfatizar esses propósitos também na região amazônica, o instituto apresentou em abril o seu gerente executivo para a sede em Belém, o geólogo paraense **Ronaldo Jorge da Silva Lima**. Com 23 anos de experiência no setor, o novo gestor está empenhado em dinamizar a mineração no norte do Brasil, dando mais divulgação às atividades desenvolvidas pelas empresas, em especial as socioambientais. “À frente do IBRAM Amazônia pretendo incentivar novas políticas públicas e liderar o desafio ambiental”, afirmou.

Qual a importância da mineração para a Amazônia?

A mineração tem um papel fundamental nos estados da Amazônia. Além de contribuir majoritariamente com a balança comercial na região, ela gera empregos de qualidade, garante infraestrutura e desenvolve uma cadeia de serviços secundários onde atua. De acordo com levantamentos realizados pelo IBRAM, em 2012, somente em Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerários (CFEM) foram gerados R\$ 524 milhões, dos quais 23% foram para os estados e 65% para os municípios mineradores.

Quais os investimentos do setor para os próximos anos?

Até 2017 há previsão de mais de 60 bilhões de dólares em investimentos na Amazônia e geração de mais de 100 mil empregos diretos, indiretos e na cadeia secundária de serviços no Pará. Dentre os principais projetos desenvolvidos destaca-se o de ferro S11D da Vale, em Canaã dos Carajás, o projeto Jacaré, de níquel, da Anglo American, em São Félix do Xingu, o projeto de ouro da Colossus em Serra Pelada, e da Belo Sun na Volta Grande do Xingu. Não podemos esquecer ainda dos demais estados da região, como o Amazonas, no qual há projetos de exploração de potássio com previsão de US\$ 2,5 bilhões de investimentos, além de mineração de ouro no Tocantins e de ferro e ouro no Amapá.

Quais os focos e ações do IBRAM na Amazônia?

Para esse ano temos o lançamento de importantes iniciativas como o Consórcio Mineral para a Sustentabilidade, que objetiva o fortalecimento setorial na Amazônia e o incentivo ao desenvolvimento de novas políticas públicas. A missão do consórcio será, primeiramente, produzir dados referenciais inéditos sobre o perfil de atuação socioambiental do setor mineral, investimentos e desafios. Em seguida, buscará incentivar a integração das equipes técnicas que atuam na área de sustentabilidade das empresas. Além disso, também apresentaremos três publicações voltadas à mineração responsável: um guia de boas práticas sobre fechamento de minas; um livro com o maior estudo sobre a evolução das práticas de sustentabilidade do setor mineral brasileiro em 20 anos e ainda a 2ª edição do Inventário de Emissão de Gases de Efeito Estufa do Setor Mineral.

Como o Instituto acompanha as discussões no novo Marco Regulatório?

É difícil comentar, pois estamos aguardando o posicionamento do governo, já que até agora não participamos diretamente das discussões sobre a nova proposta. Entretanto, acredito que o problema não é o aumento da alíquota em si, mas o gerenciamento da aplicação desse recurso. As próprias ações de responsabilidade social das empresas demonstram que não é o acréscimo de *royalties* que gerará crescimento, uma vez que a mineração já investe no desenvolvimento regional. Essa é a discussão que precisa ser feita. É o nosso grande desafio.



RADAR DA INDÚSTRIA



TOUR VIRTUAL PELA CASA ROSADA

Um dos patrimônios históricos de Belém agora poderá ser visitado virtualmente. A Casa Rosada, projeto Cultural do Grupo Alubar, disponibiliza através do site www.casarosada.art.br, um tour por meio do qual o visitante poderá ver todas as áreas da Casa, memória viva do século XVIII. No site, a Sala Bolonha – com seu conjunto de pinturas de quadratura da fauna e flora amazônicas – e a Sala Landi – preparada para receber uma coletânea de gravuras de nomes ilustres da arquitetura italiana dos séculos XVI e XVII – podem ser visualizadas nos mínimos detalhes, incluindo, o livro em formato digital. A obra é atribuída ao arquiteto Antonio Landi e foi revitalizada em 2011.

QUALIFICAÇÃO NA FEIRA DO LIVRO

Um dos maiores déficits do mercado de trabalho é a baixa qualificação dos profissionais. Para dar uma chance de aperfeiçoamento à população, o Sesi promoveu cursos rápidos voltados para a inclusão digital e mundo do trabalho aos visitantes da XVII Feira Pan-Amazônica do Livro, realizadas entre os dias 26 de abril e 5 de maio. No total, foram atendidas 925 pessoas na unidade móvel de educação, equipada com computadores, *tablets* e lousa digital, mesma estrutura dos cursos de Educação Continuada, modalidade de ofertada pelo Sesi-Pará.

SENAI NO TRILHO DA INOVAÇÃO

A comitiva composta pelos diretores regionais dos 14 estados brasileiros que receberão os Institutos Senai de Inovação esteve em Berlim, na Alemanha, participando do *workshop* “Modelo Fraunhofer e Rede de Institutos de Inovação do Senai”, promovido pelo Departamento Nacional do Senai, em parceria com a Sociedade Fraunhofer e o Instituto Fraunhofer IPK. Construção de cenários e rotas tecnológicas, modelos de desenvolvimento e gestão financeira, de competências e de propriedade intelectual, sustentabilidade e ferramentas para gestão de projetos de pesquisa foram alguns dos temas abordados durante o evento. O Pará sediará o Instituto Senai de Inovação em Tecnologias Minerais. O diretor regional do Senai Pará, Gerson Peres, que integrou a comitiva falou sobre o DNA da indústria e a importância de aproximar pesquisadores dos desafios do chão de fábrica.

O Instituto Senai de Inovação em Tecnologias Minerais, um investimento de R\$ 51 milhões, terá a missão de gerar e difundir conhecimentos para o aperfeiçoamento da atividade mineral paraense. Por meio da pesquisa de novos processos de tecnologia, o Sistema Fiepa visa contribuir para o fortalecimento de uma indústria mais competitiva e inovadora. O Instituto Senai de Inovação será voltado para o desenvolvimento de pesquisas científicas e tecnológicas e educação, com cursos na área mineral.

PROFISSIONAIS PREPARADOS PARA SEREM LÍDERES

Em maio deste ano, a refinaria de alumina Hydro Alunorte deu início ao Programa de Desenvolvimento de Líderes, voltado para profissionais que ocupam cargos de gerência, com o objetivo de aperfeiçoar habilidades, melhorar o desempenho da organização, discutir técnicas de motivação de equipes e buscar uma gestão de alta performance. O treinamento terá a duração de 6 meses e uma carga horária de 16 horas semanais. Ao todo, 140 gestores serão qualificados pelo programa que, de maneira geral, vai tratar de liderança no contexto moderno, valorização de pessoas, respeito e ética. “A ideia é dar suporte às pessoas comprometidas com o resultado da empresa. Queremos trabalhar em suas necessidades enquanto gestores”, explica Nilcy Martins, gerente da Área de Recursos Humanos da refinaria.



NOVA PARTILHA DOS ROYALTIES: UMA CONQUISTA DE TODOS

FLEXA RIBEIRO
SENADOR (PSDB-PA)

Após a histórica sessão do Congresso Nacional no dia 6 de março de 2013, a sociedade brasileira aguarda com expectativa a decisão do Supremo Tribunal Federal sobre a nova partilha dos *royalties* do petróleo. Foi um longo debate, culminando com a derrubada do veto presidencial e assim definindo as novas regras de distribuição. Uma discussão importante, mas que por receio de prejuízo eleitoral o Governo Federal não assumiu sua posição e se manteve distante. Posteriormente, os Estados produtores entraram no STF (Supremo Tribunal Federal) com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade contra a decisão, e a relatora Ministra Carmen Lúcia deferiu a suspensão das novas regras até avaliação pelo plenário do STF.

Temos plena confiança na sabedoria dos ministros do STF, que zelam pela Constituição Federal e pelo equilíbrio dos poderes. Assim, esperamos que a decisão seja favorável à derrubada do veto. A polêmica era inevitável. Porém, poderia ser minimizada se o tema fosse tratado com maior clareza: os *royalties* pela exploração do petróleo em solo ficarão com os estados e municípios produtores. E os recursos pela exploração em mar territorial brasileiro – área que pertence à União, portanto, a todos os brasileiros – estes sim, serão repartidos com todos os demais Estados e Municípios da Federação.

Aos números: em 2010, a arrecadação com *royalties* atingiu R\$ 22 bilhões. Projeções indicam que o Brasil chegará em 2022 com a receita de R\$ 98 bilhões. Se validadas as novas regras, a União terá sua fatia reduzida de 30% para 20%. Os Estados e Municípios produtores passarão de 26,25% de participação para 20% e 17%, respectivamente. Os estados não produtores, que atualmente recebem 7%, terão 20% e os municípios não produtores passam de 1,75% para 20%.

A Confederação Nacional dos Municípios estimou em março, quando da derrubada dos vetos, que se a nova partilha entrasse em vigor naquele mês, o Pará – estado e municípios – receberia em 2013 perto de R\$ 512 milhões. Em 2011, foram apenas R\$ 44,7 milhões. A estimativa é meramente ilustrativa, pois já se

passaram dois meses e a questão segue indefinida. No entanto, ajuda a dar uma ideia do ganho que teremos com essa conquista de todos nós.

Durante os debates, por vezes a paixão falou mais alto do que a razão. E parlamentares contra a divisão tentaram influenciar os votos das bancadas do Pará e de Minas Gerais. O argumento foi de que a mesma regra para o petróleo poderia valer, futuramente, para a mineração.

Definitivamente não é o caso. Respondemos naquela altura e reproduzimos aqui: o petróleo em terra pertence aos estados e municípios produtores, da mesma forma que o minério. Isso não foi alterado e nem será. Se um dia tivermos tecnologia para explorar minério em mar territorial brasileiro – e isso não está tão distante assim – então, discutiremos o assunto. Mas apenas daquilo que estiver nessa faixa em alto mar, ou seja, distante aproximadamente 300 quilômetros da costa. O que está no solo do Pará tem um só dono: o povo paraense.

A discussão sobre a exploração mineral é outra: garantir com novas regras, mais justiça na exploração do nosso solo. Para isso, apresentamos um projeto de lei em 2011 que prevê, entre outras iniciativas, aumento da alíquota da CFEM (Compensação Financeira pela Exploração Mineral); mudança da base de cálculo para a receita bruta e não mais receita líquida e a cobrança de participação especial. Enfim, garantir mais recursos aos paraenses, verdadeiros donos de uma riqueza natural que escorre para fora do Brasil e não nos deixa nada, além de lucro para meia dúzia de acionistas. Isto não é justo. Não vale. Por isso trabalhamos juntos – parlamentares, governos estaduais, setor produtivo, trabalhadores e sociedade – para mudar essa lógica perversa. Em síntese: a riqueza natural em mar territorial é do Brasil e de todos os brasileiros. Já o que estiver em terra firme é de seus legítimos proprietários. No caso do minério, é nosso, de todos os paraenses. ❏



Arte: Antonio Machado

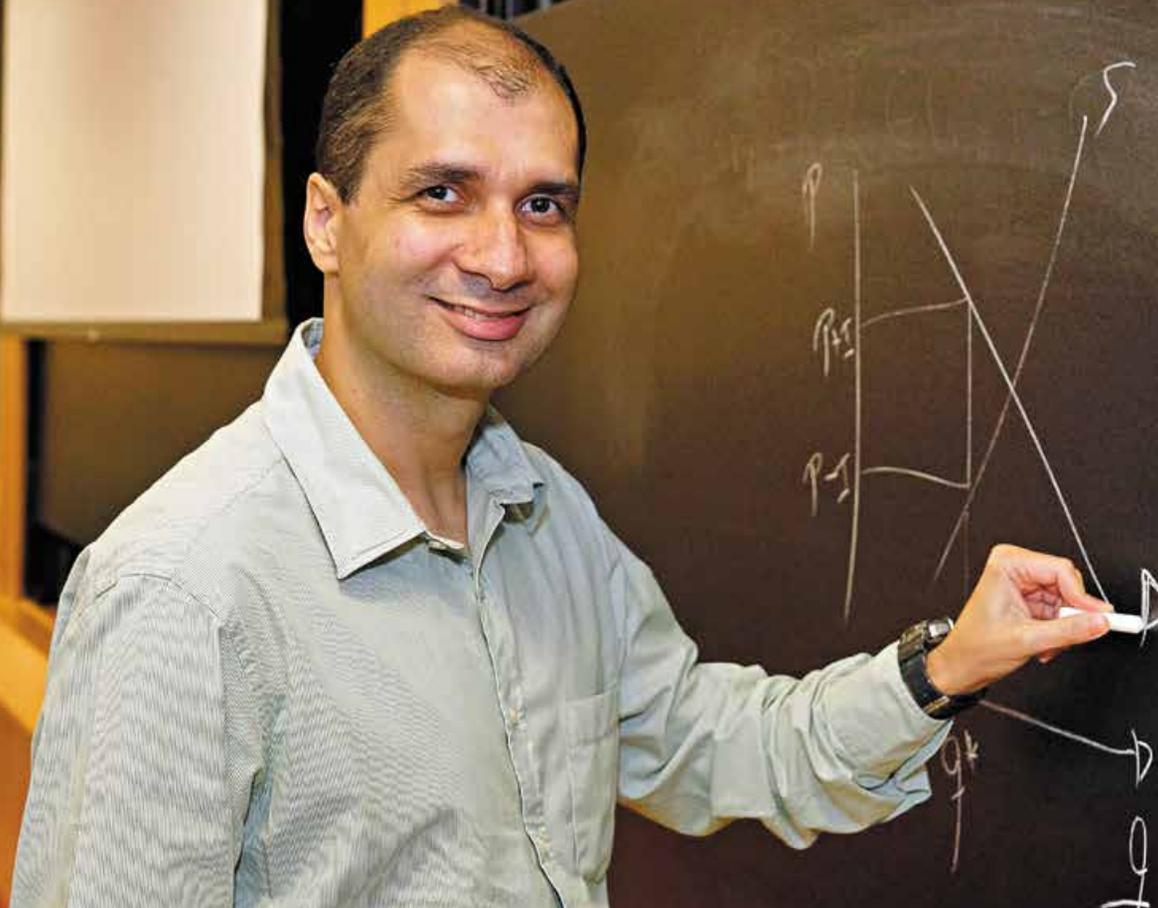
O FOCO É AUMENTAR A PRODUTIVIDADE

A indústria nacional, importante setor produtivo para o crescimento da economia brasileira, vem enfrentando uma série de gargalos que interferem em sua competitividade. Com alta carga tributária, lentidão burocrática, problemas no financiamento para novos investimentos e um cenário de incertezas políticas, econômicas e jurídicas, o Brasil vem passando por um processo de desindustrialização. Em entrevista exclusiva à PARÁ INDUSTRIAL, Eduardo Andrade, professor do Insuper (Instituto de Ensino e Pesquisa) e PhD em economia pela Universidade de Chicago, faz uma análise sobre a conjuntura atual, afirma que a indústria continuará crescendo e aponta o aumento de produtividade da economia como a única solução para alavancar o setor industrial.

Com o fenômeno da desindustrialização, este importante segmento produtivo vem perdendo força junto ao Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro. Você aponta que esta seria uma tendência dos países em desenvolvimento. Por quê?

Esse é um fenômeno secular e mundial. Não é de exclusividade dos países em desenvolvimento. Ele começou mais cedo nos países mais ricos. Por exemplo, a participação da indústria no PIB nos países ricos caiu de 38% em 1970, para 24% em 2010. Apesar de começar mais tardiamente nos países em desenvolvimento, ele tende a ocorrer de forma mais acelerada do que em países que começaram esse movimento mais cedo. No caso brasileiro, essa participação era de 45% nos anos 80, e hoje está em torno de 28%. É pouco provável que ocorra um retrocesso nesse processo de transformação estrutural. Isto porque, à medida que a população fica mais rica, passa a demandar relativamente mais serviços, ao invés de realizá-los por conta própria, como, por exemplo, os cuidados de crianças e idosos, as refeições e reparos na casa. Adicionalmente, com o crescimento da produtividade na indústria superior aos serviços, é necessária uma fração cada vez menor de trabalhadores empregados no primeiro setor, que então é direcionado para o segundo. O efeito líquido desses fatores é um *share* menor da indústria e maior dos serviços.

A SOLUÇÃO É UMA SÓ. FOCAR NO AUMENTO DA PRODUTIVIDADE DA ECONOMIA. ESSA É A PALAVRA CHAVE PARA ALAVANCAR OS DOIS SETORES DA ECONOMIA (INDÚSTRIA E SERVIÇO). E A MANEIRA MAIS EFICAZ DE REALIZAR ISSO É AUMENTAR A QUALIDADE DA MÃO DE OBRA.”



O desenvolvimento da nação brasileira pode ser fatal para a indústria nacional?

A indústria vai continuar crescendo, produzindo cada vez mais, como vem acontecendo nas últimas décadas. Esse movimento é perfeitamente compatível com uma redução da participação da indústria no PIB. Na verdade, o crescimento da produtividade da indústria é maior do que a de serviços na maior parte dos países. Com isso, uma parcela cada vez menor da população economicamente ativa está empregada na indústria. Apesar disso, a sua produção é maior.

Dentre os países do Brics, o Brasil registrou o pior desempenho em 2012, com um crescimento de apenas 0,9% no PIB. Qual a explicação da China ter crescido em ritmo tão acelerado e a economia brasileira ter praticamente estagnado?

A China é um país atrasado tecnologicamente e, apesar do seu sucesso recente, ainda tem um PIB *per capita* equivalente a 70% do brasileiro. Um país atrasado como a China pode conseguir elevadas taxas de crescimento do PIB durante um determinado período. Isso pode ocorrer por que existe uma diferença significativa entre a fronteira tecnológica mundial e a desse país. Um exemplo ilustra essa possibilidade. Ao longo dos anos, a indústria de computadores nos países desenvolvidos produziu novos processadores, passando por 286, 386, 486 e Pentiums, até o Quad Core. Um país atrasado, com baixo acesso a computadores, pode pular algumas etapas sem a necessidade de passar por todos os estágios de desenvolvimento. Ele não vai pagar o custo da inovação, mas sim o da imitação, geralmente menor. O salto de produtividade é gigantesco em um curto espaço de tempo, assim como o consequente cres-

cimento econômico. À medida que a diferença entre os desenvolvimentos tecnológicos da China e da fronteira do mundo se reduz, o mesmo ocorrerá com as suas taxas de crescimento. Eles vão ter de parar de imitar e vão ter de criar, o que torna o caminho mais difícil.

Quais os fatores que contribuíram para a economia brasileira ter crescido tão pouco?

Alguns fatores contribuem para esse ritmo lento: as incertezas e a fragilidade da economia mundial, a dificuldade em manter as taxas elevadas do consumo das famílias (que parecem ter batido no limite de endividamento) e a impossibilidade de incorporar um número significativo de novos trabalhadores no mercado de trabalho. As políticas governamentais certamente não têm contribuído para gerar um clima propício para os investimentos: (i) o ambiente macroeconômico é mais instável com o governo abandonando o centro da meta de inflação de 4,5%; (ii) as incertezas →



ENTREVISTA **EDUARDO ANDRADE**

PROFESSOR E PESQUISADOR DO INSPER (INSTITUTO DE ENSINO E PESQUISA) E PHD EM ECONOMIA PELA UNIVERSIDADE DE CHICAGO

somente aumentaram com as mudanças nos marcos regulatórios, como no caso do setor de energia, por exemplo; (iii) ausência de reformas para reduzir o Custo Brasil, sendo a única exceção a mudança no pagamento da aposentadoria dos futuros servidores públicos. As perspectivas para o futuro não são muito animadoras.

Enquanto a indústria vem apresentando retração nos últimos anos, o setor de serviços elevou em 1,7% sua participação no PIB. É possível associar estes dois segmentos produtivos de forma a alavancar o crescimento de ambos?

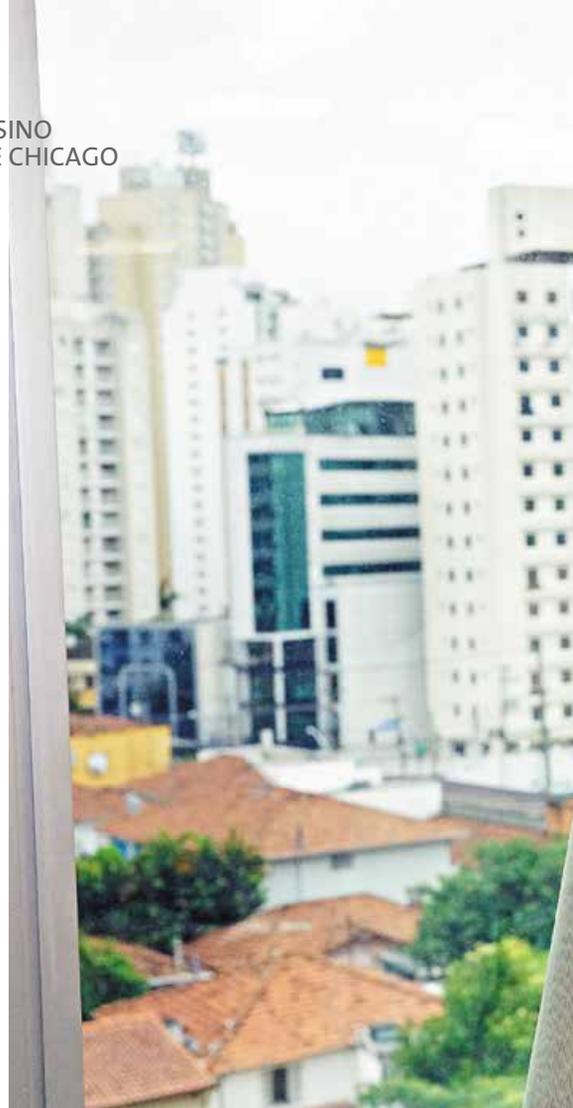
O crescimento do setor de serviços, que é intensivo em trabalho, aumenta os custos da mão de obra. A indústria tem dificuldades de repassar esses aumentos para os preços, em virtude da competição com produtos estrangeiros. Os problemas de sobrevivência de vários setores industriais estão, então, criados. Além disso, como a produtividade da indústria é maior do que a de serviços, a mudança da força de trabalho para o setor de serviços reduz a produtividade total da economia e, por conseguinte, o seu potencial de crescimento. A solução é uma só. Focar no aumento da produtividade da economia. Essa é a palavra-chave para alavancar os dois setores da economia. E a maneira mais eficaz de realizar isso é aumentar a qualidade da mão de obra. A qualidade da educação brasileira é baixa. Os testes internacionais apontam que os nossos estudantes estão nos últimos lugares no *ranking* atrás, até mesmo, dos nossos vizinhos Uruguai e Chile. Sem mudanças significativas nesse setor, a economia não consegue crescer de forma sustentável.

As condições logísticas brasileiras apresentam-se como um entrave para o aumento da produtividade da indústria. A Amazônia, por exemplo, tem um elevado custo logístico por conta das precárias condições do modal rodoviário e da carência de obras que incentivem o escoamento da produção por meio hidroviário e ferroviário. Melhorias logísticas podem ser apontadas como alternativas viáveis para o crescimento da produção industrial?

O foco da indústria deveria ser aumentar a produtividade, que engloba melhorias logísticas e exigir do governo políticas nessa direção. A lista de tarefas é grande. É preciso aumentar a qualidade da mão de obra com a adoção de políticas educacionais mais eficazes, fazer as reformas trabalhista, previdenciária e tributária, simplificar o ambiente de negócios e por aí vai. Seria extremamente importante que a presidente utilizasse o seu capital político para a realização dessas reformas. O empresário deveria demandar mudanças nessa direção.

Medidas como a redução na conta de luz e a desoneração da folha podem contribuir para o fortalecimento da indústria brasileira?

É questionável se as políticas mencionadas favorecem a indústria. A redução da conta de luz foi feita de uma maneira intempestiva, alterando o marco regulatório do setor e coloca em risco a oferta de energia no futuro. O investidor deseja segurança jurídica e um horizonte de longo prazo menos incerto. Nada disto foi alcançado com a redução da conta de



A ESTABILIDADE MACROECONÔMICA É UMA CONDIÇÃO NECESSÁRIA, MAS NÃO É O SUFICIENTE PARA GARANTIR O CRESCIMENTO ECONÔMICO A LONGO PRAZO. PORTANTO, É UMA PRÉ-CONDIÇÃO PARA UM CRESCIMENTO SUSTENTÁVEL.”



luz. Adicionalmente, incentivar o consumo da energia quando os reservatórios de água estão baixos não parece ser a política mais adequada. Quanto à desoneração da folha, ela é discricionária. Os critérios para a escolha dos setores beneficiados não são claros. Investidor gosta de regras claras e bem definidas. É possível que seja uma mudança temporária e não permanente. Portanto, gera pouco incentivo para novos investimentos. As desonerações tendem a gerar poucos impactos no lado da oferta e gera um incentivo ao uso de um bem escasso, a mão de obra.

O crescimento desgovernado do consumo trouxe de volta o fantasma da inflação. Elevar a taxa básica de juros é a única medida possível para frear o aumento geral dos preços? De que forma isso afeta a indústria?

Infelizmente, o governo não tem dado a devida atenção ao problema da inflação. O mais provável é que a taxa de inflação fique bem acima do centro da meta de 4,5% durante os quatro anos do governo Dilma. Brincar com a inflação é um erro gritante num país com o nosso histórico inflacionário. Corre-se o risco de aumentar a indexação na economia, tornando muito mais difícil abaixar a inflação no futuro. A estabilidade macroeconômica é uma condição necessária, mas não suficiente para garantir o crescimento econômico a longo prazo. Portanto, é uma pré-condição para um crescimento sustentável. Subir a taxa de juros ainda é o instrumento mais eficaz para controlar a inflação, é um mal ne-

cessário. Claro que ela tem efeitos colaterais importantes, como desestimular os investimentos e o consumo. Obviamente, a indústria vai ser momentaneamente afetada de modo negativo. Principalmente, quando se tem em mente que o remédio dos juros é menos eficaz quando a credibilidade e a autonomia do Banco Central estão em cheque, como é o caso agora. Como resultado, doses mais fortes são necessárias para frear a inflação.

O Pará tem sua base industrial sedimentada na exploração mineral. A extração do minério de ferro, o principal produto exportado pelo estado, deverá ter sua produção dobrada em 2015, chegando a uma produção de 230 milhões de toneladas ao ano. Por ainda ser forte produtor de matéria-prima, você acha que casos como o do Pará ainda apresentam margem para o crescimento da produção industrial?

Na última década, o Brasil se beneficiou com ganhos importantes nos termos de troca, com o aumento dos preços das *commodities*, e do minério de ferro em particular. A chegada da China ao mercado internacional explica em grande medida esse movimento. É possível que as taxas de crescimento de dois dígitos do PIB chinês tenha ficado para trás. No entanto, a gradual recuperação da economia mundial, a manutenção de taxas ainda elevadas de crescimento na China, o vigor da economia na Índia e a entrada de outros *players* populosos no mercado, como Bangladesh e Indonésia, contribuem na direção da manutenção de demandas elevadas para os nossos produtos básicos de exportação. Grandes economistas já fracassaram em prever trajetórias a longo prazo dos preços das *commodities*. O fundamental é investir de forma eficiente os recursos provenientes desses momentos de bonança, como na qualidade da infraestrutura e na da educação, etc. ➔

Possibilidade de melhorias

BARCARENA CAMINHA PARA SEDIAR A PRIMEIRA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO DO PARÁ



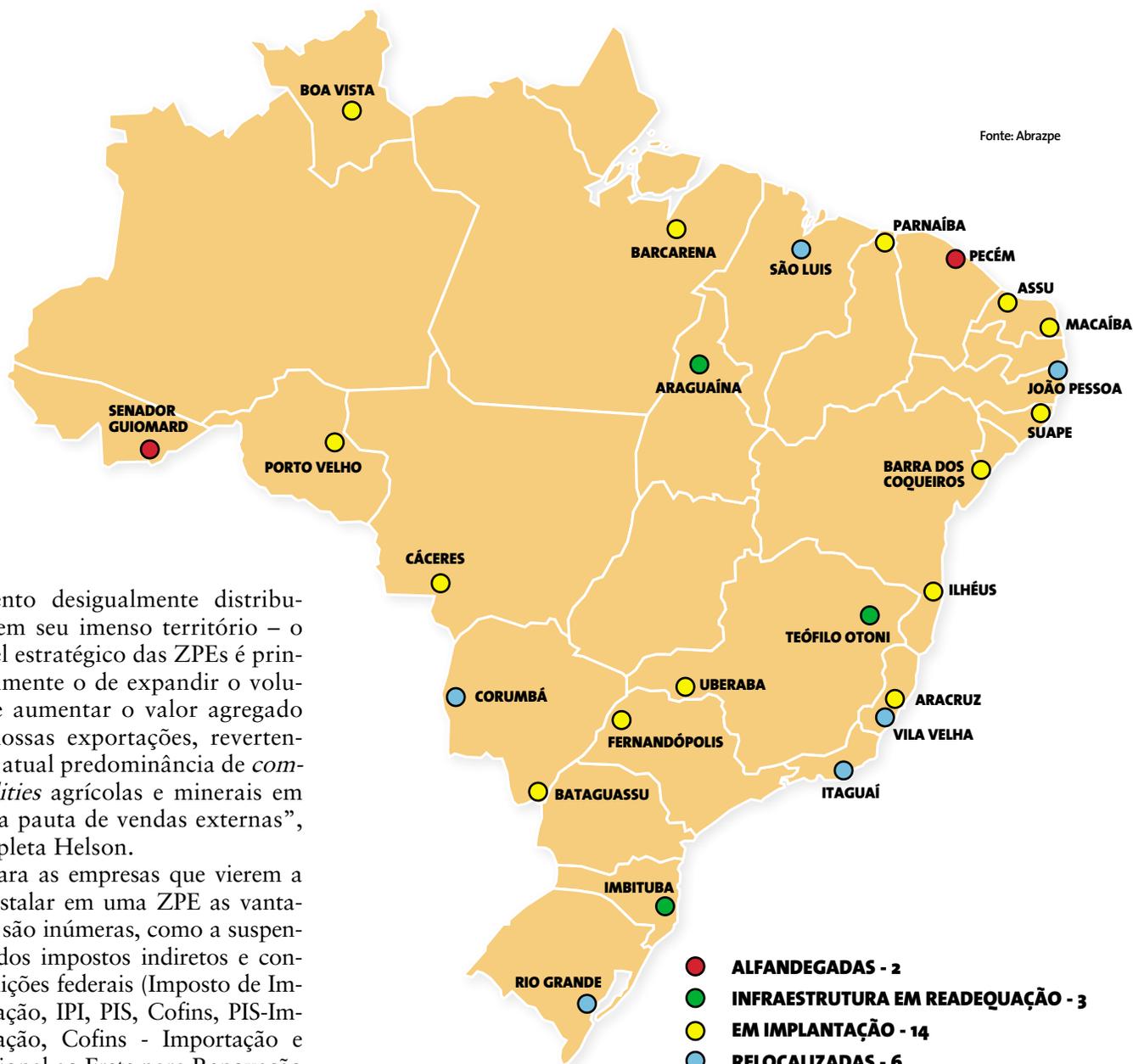
📍 Pórtico de entrada da ZPE de Barcarena, que possui área de 925 hectares, dos quais já foram vendidos 580 hectares

Atrair investimentos estrangeiros voltados às exportações, aumentar a competitividade, gerar empregos, promover o desenvolvimento regional e difundir novas tecnologias. Estes são os principais ganhos que um estado pode ter com a implantação de uma Zona de Processamento de Exportação (ZPE), área espacialmente delimitada na qual empresas que atuam no mercado de exportação recebem incentivos tributários e cambiais, além de procedimentos aduaneiros simplificados. No Pará, a instalação de uma ZPE na cidade de Barcarena parece finalmente estar ganhando forma, ainda que lentamente.

As ZPEs surgiram no final dos anos 1950 e de acordo com estudo recente (*Special Economic Zones: Performance, Lessons Learned and Implications for Zone Development*, 2008) o Banco Mundial contabilizou a existência de aproximadamente 2.650 zonas instaladas em 135 países, as quais oferecem mais de 68 milhões de empregos diretos e geram mais de US\$ 500 bilhões de receitas cambiais líquidas (exportações menos importações). “Desde o seu surgimento as ZPEs têm sido apresentadas principalmente como um instrumento de atração de investimentos estrangeiros voltados para a produção de bens a se-

rem predominantemente exportados. Nos últimos anos, entretanto, o mecanismo passou a ser crescentemente empregado para estimular também o investimento no setor de serviços”, afirma Helson Braga, presidente da Associação Brasileira de Zonas de Processamento de Exportação – Abrazpe.

Presentes nos Estados Unidos, na União Europeia, na Ásia, na África e nas Américas Central e do Sul, especialmente em países emergentes, como o Brasil, essas zonas podem ter um papel estratégico para a economia local. “No caso do Brasil – país rico em recursos naturais e com desenvol-



vimento desigualmente distribuído em seu imenso território – o papel estratégico das ZPEs é principalmente o de expandir o volume e aumentar o valor agregado de nossas exportações, revertendo a atual predominância de *commodities* agrícolas e minerais em nossa pauta de vendas externas”, completa Helson.

Para as empresas que vierem a se instalar em uma ZPE as vantagens são inúmeras, como a suspensão dos impostos indiretos e contribuições federais (Imposto de Importação, IPI, PIS, Cofins, PIS-Importação, Cofins - Importação e Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante); isenção do ICMS; procedimentos de exportação e importação simplificados (dispensa de licenças de órgãos federais); liberdade cambial (receitas de exportação podem ser mantidas 100% no exterior); venda de até 20% da produção no mercado interno; e redução de 75% do IR sobre os lucros por 10 anos. “Essencialmente, as ZPEs desoneram as exportações, liberalizam o câmbio e reduzem a burocracia. Tudo isso válido por até 20 anos e prorrogáveis por igual período, o que implica na fundamental ‘estabilidade das regras do jogo’”, reforça o presidente da Abrazpe. ➔

ZPES PELO BRASIL
VEJA ONDE ESTÃO LOCALIZADAS AS ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO JÁ AUTORIZADAS PARA FUNCIONAR

ESPAÇO PARA EMPRESAS NACIONAIS E ESTRANGEIRAS

Para se instalar em uma Zona de Processamento de Exportação é preciso se encaixar em alguns critérios. “A legislação de ZPE exige que a empresa exporte o equivalente a pelo menos 80% da receita das suas vendas de bens e serviços. Também é requerido que ela tenha um projeto industrial aprovado pelo Conselho Nacional de Zonas de Processamento de Exportação, colegiado vinculado ao Ministério de Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior”, detalha Helson Braga.

Embora as ZPEs estejam abertas para quaisquer outros tipos de indústria, segundo Helson, espera-se que estas tendam a atrair principalmente aqueles voltados para o processamento das matérias-primas abundantes nas regiões onde estão instaladas. “Não poderão instalar-se em ZPEs empresas que já funcionam fora das Zonas ou que sejam filiais destas. Elas podem ser nacionais ou estrangeiras. Nós temos uma diretoria de comércio exterior



Luiza Silvestrini
 Helson Braga, presidente da ABRAZPE

muito atuante e já há ações buscando o investidor estrangeiro”, reforça o titular da Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Mineração (Seicom), David Leal.

Para a região que recebe uma ZPE, a principal vantagem é sem dúvida o aumento da competitividade e a geração de emprego. “Na me-

didada em que são autorizadas em locais (municípios) pré-selecionados, as ZPEs podem ser utilizadas também como instrumento de desenvolvimento regional e de descentralização da base industrial. Este objetivo, entretanto, precisa ser utilizado com muito critério, uma vez que as zonas dependem criticamente de condições logísticas que favoreçam a atividade exportadora. Em que essas condições inexistirem ou foram precárias, fica mais difícil garantir a implantação de ZPEs competitivas”, alerta Helson.

Não à toa Barcarena foi escolhida como sede da primeira ZPE paraense. “Barcarena já constitui um polo industrial importante, conta com um porto de águas profundas (Porto do Conde) e acesso fácil a Belém, que oferece uma infraestrutura de serviços urbanos de qualidade.”

“Barcarena já abriga grandes empresas como Albras, Hydro Alunorte, Alubar, Imerys, Oyamota, Usipar, White Martins, entre outras no ramo de logística e serviços. Temos também muitas empresas em instalação, como a Companhia de Alumina do Pará (CAP), refinaria de alumina, a Fio d’água, lavanderia industrial para roupas especiais, a Gaspará, unidade regasei-

SEGUNDO A CAZBAR, A EXPECTATIVA É QUE APROXIMADAMENTE 33 EMPRESAS, ALÉM DA COMPANHIA DE ALUMÍNIO DO PARÁ, SE INSTALEM NA ZPE DE BARCARENA



ficadora, e a Timac, fábrica de fertilizantes. Vale lembrar ainda que a ferrovia Norte-Sul, que se encontra em fase de licenciamento, chegará até Barcarena”, completa Wanderley Almeida, diretor técnico da CAZBAR, empresa que irá administrar a ZPE no município.

Para David Leal, a ZPE Barcarena deverá proporcionar à região aumento na qualidade da mão de obra local, transferência de tecnologia, ordenamento dos espaços urbanos, inversão do fluxo migratório, além de um incremento no número de empregos. “Os primeiros 2.100 empregos diretos serão gerados logo em seguida à instalação da ZPE. Os demais 13.900 deverão ser gerados nos 10 anos seguintes, prazo em que se espera concluir a ocupação”, cita.

24 ANOS E ALGUNS PRESIDENTES DEPOIS

Criada em abril de 1989, a ZPE de Barcarena passou por alguns muitos anos de ostracismo, mas parece finalmente estar caminhando para se tornar realidade. Em março deste ano foi lançado o edital para contratação da empresa de engenharia responsável pela estruturação do local. “Esta ZPE foi criada em abril de 1989 pelo Decreto Federal nº 97.663, mas sua ins-

talação só foi iniciada em abril de 2009, com a construção do pórtico de acesso e de cerca para segregação da área. Além da licitação de engenharia, o empreendimento encontra-se em fase de conclusão do licenciamento ambiental”, ressalta Wanderley.

Mas engana-se quem pensa que esta é a única ZPE nesta situação. O Brasil possui hoje 24 zonas autorizadas e nenhuma em pleno funcionamento. O motivo para este hiato, segundo Helson Braga, são as divergências da política nacional. “A situação política e econômica atual é completamente diferente de 20 anos atrás. Naquela época, no governo Sarney, havia um protecionismo por conta do momento econômico vivido. E as administrações seguintes de certa forma deixaram as ZPEs de lado por desconhecer e não se interessarem pelo formato proposto. Esse cenário só veio mudar na segunda gestão do Lula, quando a Abrazpe retomou o projeto com apoio do Delfim Neto, que comandava o Ministério da Fazenda na época da criação das ZPEs”, explica.

Segundo a Abrazpe, apenas duas ZPEs estão em ponto de funcionamento. “As ZPEs de Senador Guomard (PI) e Pecém (CE) foram alfandegadas pela Receita Federal, ou seja, obtiveram o ‘habite-se’, para que as empresas que nelas vierem a se instalar possam operar com os benefícios da lei”, finaliza. ❏

ZPE SANTARÉM DE ACORDO COM DAVID LEAL, TITULAR DA SEICOM, ESTÁ TRAMITANDO NO CZPE – CONSELHO DAS ZONAS DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÕES – O PROJETO DE CRIAÇÃO DE MAIS UMA ZPE PARAENSE, DESTA VEZ EM SANTARÉM, OESTE DO ESTADO. O PROCESSO JÁ TRAMITA HÁ CERCA DE UM ANO E MEIO E ATUALMENTE ENCONTRA-SE NA ETAPA DE REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA A ÁREA ONDE ELA SERÁ INSTALADA.

SOBRE A ZPE DE BARCARENA

- ⇒ Possui uma área com 925 hectares, dos quais já foram vendidos 580 hectares. Restam, portanto, 345 hectares, dos quais 15 hectares estão destinados à urbanização e 330 à disposição das empresas interessadas.
- ⇒ O Estado do Pará investirá aproximadamente R\$ 40 milhões na instalação da ZPE de Barcarena;
- ⇒ A expectativa de ocupação é de aproximadamente 33 empresas, além da CAP (Companhia de Alumínio do Pará), que já está construindo suas instalações.

Fonte: CAZBAR

Entre a oportunidade e a realidade

APESAR DO POTENCIAL AGRÍCOLA, AS INDÚSTRIAS ALIMENTÍCIAS AINDA NÃO CONSEGUEM EXPLORAR PLENAMENTE A PRODUÇÃO INTERNA

Na mesa do paraense está uma das características mais fortes da cultura regional. Contudo, em se tratando da origem dos alimentos industrializados consumidos no dia a dia, surpresa é dizer que grande parte não vem das “indústrias da terra”. Marcada pela tendência artesanal, a produção alimentícia do estado tem um potencial ainda não explorado pelas fábricas existentes, contexto que também enfraquece a possibilidade de outras se firmarem aqui. Segundo Flávio Costa, fun-

dador e presidente da Mariza Alimentos, empresa que atua há 30 anos no estado e que atualmente é a maior do Pará, uma das desvantagens para as indústrias é que quase 100% da matéria-prima beneficiada vem de fora.

Com poucas opções genuinamente paraenses no mercado, ainda pode-se falar do palmito, que frequentemente esbarra no conflito ambiental relacionado à fama de “produto desmatador”, e na produção de hortifruti, na qual o estado já é considerado autossuficiente.

“No entanto, é preciso mais incentivo do governo, particularmente nas estradas estaduais e vicinais, que são precárias e dificultam o escoamento da produção”, relata Flávio.

Em passos lentos, quem também cresce é o cultivo do dendê, que tem área e clima propícios e a expectativa de aumentar bastante nos próximos anos. A ressalva neste caso é que a demanda será dividida entre a produção de biodiesel e as indústrias de alimentos. Por último, o empresário cita a carne. “Apesar de alguns retrocessos, o Pará ainda pode ser o

Fotos: Bruno Carachesti



◀ A indisponibilidade da mandioca é um dos fatores que distancia a indústria da perspectiva de investir na produção de farinha em larga escala

principal produtor nacional de carne de boi de pasto, especialmente devido à migração das áreas destinadas à atividade no Sudeste e no Centro-Oeste para o plantio de grãos.”

ENTRAVES PARA O SETOR

Os incentivos dados às indústrias alimentícias do resto do Brasil também colocam as empresas paraenses diante de uma forte concorrência. Mas os problemas de infraestrutura logística ainda estão no topo da lista de barreiras do setor. Com 520 itens em seu portfólio, entre eles adoçantes, azeites, farinhas, conservas, molhos, pipocas e temperos, a Mariza Alimentos tem altos custos importando matéria-prima, que vem principalmente do Porto do Pecém (CE), de Santos (SP) e do Espírito Santo. “São em torno de 500 containers. Os portos brasileiros têm custos altíssimos e os paraenses, maiores ainda”, conta o empresário.

A distância geográfica separada por estradas precárias faz com que o produto passe vários dias até chegar ao cliente. A alternativa por parte das empresas é investir em processos e tecnologia, na frota e na carga.

Costa também é membro do Sindicato da Indústria de Biscoitos, Massas e Café, Salgadinhos, Substâncias Aromáticas Doces e Conservas Alimentícias Laticínios e Produtos Derivados do Estado do Pará, ligado à Fiepa. Em contato com as empresas do segmento, ele afirma que a qualificação da mão de obra também é um aspecto a ser melhorado, principalmente nas áreas técnica, de desenvolvimento, de controle de qualidade e de manutenção. “A mão de obra em manutenção elétrica, eletrônica, solda, montadores e operadores de máquinas é extremamente deficitária”, frisa.



📍 Milena Fonseca, engenheira agrônoma da Gerência de Grãos e Tubérculos da Sagri

HERANÇA MAL APROVEITADA

Entre os produtos da feira, o que mais aumentou de preço foi a farinha de mandioca, com um quilo chegando a custar R\$ 10 em Belém. Ao contrário do açaí, cuja entressafra já é esperada, a escassez de farinha permanece, com pequenas variações, fazendo com que o produto ainda seja considerado artigo de luxo.

Razões técnicas, sociais e ambientais contribuíram para esse contexto. Entre elas, vale citar a diminuição da área de mandioca plantada no estado, a desmotivação para o cultivo – devido ao ciclo longo, que varia entre 12 e 18 meses –, e a ação de atravessadores no comércio do produto. Segundo a lei da oferta e da procura,

quem sentiu o peso destes fatores foi o consumidor.

A indisponibilidade da mandioca também distancia a indústria da perspectiva de investir na produção em larga escala, como explica Milena Fonseca, Engenheira agrônoma da Gerência de Grãos e Tubérculos da Secretaria de Estado de Agricultura (Sagri). A produção organizada é fundamental para o trabalho em escala industrial, mas esse não é o caso do Pará, pois a maioria dos produtores ainda não trata a farinha como um verdadeiro negócio. “Uma produção industrial necessita de uma quantidade de matéria-prima diária suficiente para atender uma demanda comercial que é grande, na média de 100 a 200 toneladas por dia”, detalha.

Diferentemente da farinha de tapioca, cujo consumo tem crescido bastante, segundo Flávio Costa, com médias indústrias produzindo exclusivamente essa variação, a produção e comércio artesanal da farinha de mandioca ainda são os mais presentes no Pará. Tal fato, porém, não inibe o potencial de exploração desse recurso. “O grande desafio para os agricultores hoje é desenvolver métodos de cultivo que possibilitem o aumento da produtividade e melhora das condições de vida do produtor, preservando os recursos naturais”, detalha Milena.

Neste ponto, investir em tecnologia é essencial para aprimorar a agricultura familiar e assim gerar matéria-prima para as indústrias. No entanto, projetos de inovação e outros recursos, como seleção de material genético de qualidade para multiplicação da mandioca, mecanização agrícola e assistência técnica ainda estão distantes da maioria dos produtores.

Algumas ações já estão sendo colocadas em prática pela Sagri para fortalecer a cadeia produtiva da mandioca e diminuir o impac-

to no bolso do consumidor. A celebração de convênios com órgãos de pesquisa, a implantação de campos de multiplicação de mandioca para produzir vegetais de boa qualidade e livre de patógenos (organismo que causa doença na planta), instalação de unidades de beneficiamento de mandioca são algumas delas.

No âmbito do produtor, a secretaria pretende investir na aquisição de implementos agrícolas para a modernização da cadeia e na capacitação, assistência técnica e gestão da comercialização da produ-

ção. “Através de ações conjuntas, nós teremos agricultores mais preparados para lidar com o mercado da mandioca, que está cada vez mais em expansão. Com isso quem se beneficiará é o consumidor, com um produto de boa qualidade e com preço mais acessível”, conclui Milena Fonseca.

“O crescimento da indústria alimentícia no Pará é uma certeza, mas teríamos uma alavancagem maior se os governos investissem mais em infraestrutura, particularmente em ferrovias, não somente para trans-

portar minérios, mas também para transportar a economia paraense”, ressalta Flávio Costa.

Por sua vez, as indústrias alimentícias podem apostar em estratégias para se destacar no mercado local e nacional. Trabalhar com foco na apresentação e na qualidade do produto reforçam a credibilidade da marca, por exemplo. “É preciso também estar presente nos eventos regionais e nacionais do seguimento do varejo alimentar, assim como nas feiras de fornecedores de suprimentos”, declara. ❏

VOCÊ SABIA?

O BRASILEIRO PREFERE A PRATICIDADE

Em 2010, a Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) encomendou uma pesquisa do Ibope Inteligência, cujo principal objetivo foi investigar a aderência do Brasil às tendências globais sobre o consumo de alimentos e os principais hábitos de compra dos brasileiros em relação aos alimentos industrializados. Segundo o estudo, na hora de consumir os brasileiros tendem a levar em conta a conveniência e a praticidade. Em segundo lugar, o que guia a compra é a credibilidade e a qualidade do produto, na mesma medida que o prazer trazido pelo alimento.



PREFERÊNCIAS DE CONSUMO DO BRASILEIRO

MOTIVAÇÃO	HOJE	FUTURO
TER MARCA QUE EU CONFIO/CONHECIDA	➔ 59%	➔ 42%
SER GOSTOSO/ SABOROSO	➔ 47%	➔ 31%
SER MAIS NUTRITIVO, OU SEJA, ENRIQUECIDOS COM VITAMINAS	➔ 32%	➔ 33%
SER UM ALIMENTO DE QUALIDADE	➔ 29%	➔ 35%
SER BARATO	➔ 28%	➔ 23%



O SAL DA EDUCAÇÃO

SIMÃO ROBSON JATENE

GOVERNADOR DO PARÁ

*“Trabalhando o sal pra ver a mulher se vestir
E ao chegar em casa encontrar a família sorrir
Filho vir da escola problema maior é o de estudar
Que é pra não ter meu trabalho e vida de gente levar.”
(Milton Nascimento)*

Sonho de pais e mães: que os filhos tenham um futuro de boas realizações, que levem uma vida melhor que a deles. É o que diz o compositor na “Canção do sal”, traduzindo o anseio de famílias que acreditam ser a educação um dos caminhos para mudar o jogo da pobreza e desigualdade, o que é também o anseio do nosso governo. Com esse propósito, lançamos a semente do Pacto pela Educação, numa parceria que se realiza em vários níveis do governo, setor privado e sociedade civil, envolvendo instituições nacionais e internacionais como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Fundação Vale, Fundação Itaú, Instituto Unibanco, Fundação Telefônica, Instituto Natura e Instituto Synergos que se dispõem a construir soluções para reduzir a pobreza e a desigualdade no mundo, a partir da realidade local.

A abordagem estratégica do Pacto pela Educação é a integração de agentes públicos e privados, com a participação de alunos e suas famílias como ferramentas importantes para reverter essa realidade, que é um dos nossos maiores desafios. O pacto pode ser traduzido a partir de triangulação clara para o governo a qual nomeamos tripla revolução: a revolução pelo conhecimento, por novas formas de produção e por novas formas de governança. Esse é o caminho inexorável para construirmos um Pará mais moderno e uma sociedade mais feliz.

É inadiável entendermos a educação como prioridade não apenas de um órgão específico ou mesmo de um governo. Isso é pouco para a tarefa histórica que cabe a todos nós. Urge incorporarmos às nossas crenças, sonhos e ações a educação como prioridade da sociedade, desafio coletivo para a superação da pobreza e desigualdade para qual cada um e todos nós podemos contribuir. Por isso ousamos nos determinar à meta de aumentar em 30% o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) em todos os níveis, num período de cinco anos. No entanto, para que isso se realize é preciso que toda a sociedade arregace as

mangas nesse mutirão que visa retirar o Pará da linha da pobreza e desigualdade educacional que atinge diretamente essa juventude e que lhe fragiliza e compromete o futuro.

Reafirmo que o Pacto pela Educação no Pará não é uma ação de governo, mas de toda a sociedade, que deve ser levado adiante pelos governos seguintes. Se fizerem uma pesquisa sobre os principais problemas do Brasil, é possível que nem se fale em educação. Vamos ouvir sempre falar em saúde e segurança. Isso demonstra o quanto estamos carentes de educação, tanto que nem somos capazes de perceber sua ausência. Essa mentalidade precisa mudar urgentemente.

Quando nos deparamos com os números apresentados pelo Ministério da Educação, onde o Pará, em todas as séries avaliadas, historicamente, se mantém abaixo da média nacional, de 3,4 pontos, o que já é índice insuficiente para um país que se pretende moderno, não há como fugir ao enfrentamento do problema. Mas isso nos impõe a consciência de que há soluções e muito trabalho a ser feito, sem que sejamos movidos apenas pela desorientação provocada por alarmismo ocasional.

Mais do que nunca é preciso envolver o governo e a sociedade civil, onde se encontra também o segmento industrial, nas ações de melhoria da educação, a partir de uma cultura de inovação para fomentar o uso da tecnologia, aperfeiçoar a atuação docente e a gestão escolar. Precisamos desenvolver parcerias para formar cidadãos e profissionais altamente qualificados para o mercado de trabalho e para a vida.

Concretizar o pacto demanda um grande esforço, mas prevê recompensas, resultados positivos para a sociedade. É, de fato, o redimensionamento da responsabilidade pelo futuro das novas gerações. ◀





Feira da Indústria apresenta a diversidade do mercado paraense

**CERCA DE 100 EMPRESAS APRESENTARÃO AO PÚBLICO VISITANTE
O QUE DE MELHOR VEM SENDO PRODUZIDO NO ESTADO**



O PARÁ É MAIS DO QUE MINÉRIO, MADEIRA E PESCA

A diversidade da cadeia industrial do Pará poderá ser vista na Feira. De acordo com o coordenador da FIPA, é comum se pensar que, basicamente, no estado, só há a produção de minérios, madeira e pesca. Porém, segundo ele, esta produção é muito mais ampla, e engloba as indústrias de palmito, polpas de frutas, cabos elétricos e bebidas, entre outras. “A indústria no Pará gera emprego e renda e a arrecadação de impostos. Consequentemente, a população é beneficiada, por exemplo, com serviços de segurança, saúde e educação.”

No *hall* das indústrias que aguardam pela FIPA para lançarem seus novos produtos está a Agropalma, agroindústria paraense de grande relevância para a economia local e que participa desde a primeira edição da Feira. O estande da empresa mostrará ao público os novos tipos de gorduras vegetais a serem utilizadas nos setores alimentícios.

Para Marcelo Britto, diretor de comercial e sustentabilidade da empresa, a FIPA é sempre uma grande oportunidade para mostrar aos paraenses o que estão fazendo de melhor no estado.

Já para a Amasa – Amazonas Indústrias Alimentícias S/A, a Feira, além de ser uma excelente oportunidade para apresentar as novas linhas de produto, é o momento ideal para consolidar a marca da empresa no mercado local. Esta será a segunda vez que a empresa participará da FIPA. Assim, de acordo com Marcos Takashi Koshimoto, diretor de Venda da corporação, a indústria quer consolidar a sua participação no evento, divulgando o seu nome e produto. ➔

Neste mês de maio, o Sistema Federação das Indústrias do Estado do Pará (Fiepa) realiza mais uma edição da maior vitrine dos produtos genuinamente paraenses, a XI FIPA – Feira da Indústria do Pará. De 22 a 25, no Centro de Convenções e Feiras da Amazônia (Hangar), em Belém, empresários, estudantes, representantes governamentais, pesquisadores e demais interessados poderão visitar os variados estandes de exposição da Feira. Na edição deste ano, além da produção industrial paraense, os organizadores anunciam uma série de novidades que deverão atrair mais público para o evento.

Para este ano, cerca de 100 empresas deverão mostrar ao público que o Pará tem um parque industrial inovador, moderno e que produz artigos com alta qualidade e

preços mais competitivos. A expectativa é de que mais de 35 mil pessoas circulem nos quatro dias de realização da Feira. Como de costume, no último dia da FIPA, a organização do evento sorteará um carro 0 km para os visitantes.

Segundo o diretor executivo do Sistema Fiepa e coordenador da FIPA, Ivanildo Pontes, a rica programação do evento proporciona, dentre outras coisas, que muitas pessoas saibam que determinados produtos são genuínos do Pará. “Há consumidores que vão aos supermercados e não sabem que estão comprando mercadorias paraenses. Com conscientização e conhecimento, a partir da Feira da Indústria, deixa-se aos poucos de consumir produtos e marcas de fora do estado e passa-se a priorizar o que é genuinamente do Pará”, defende o diretor executivo.



“A Feira é de suma importância. Por meio dela, podemos mostrar a nossa empresa e o produto que processamos. Além disso, com a FIPA, o consumidor final, que pouco conhece a nossa marca, mas que compra o nosso produto nos supermercados, também passa a nos conhecer”, finaliza Marcos Koshimoto.

RECONHECIMENTO AOS PROFISSIONAIS DA IMPRENSA

Além do lançamento da linha de produtos paraenses, a XI FIPA reserva novidades para todo o tipo de público. Uma delas é o lançamento do edital do 1º Prêmio Sistema Fiepa de Jornalismo. Realização do próprio Sistema e da Temple Comunicação, o prêmio – que será uma ampliação da tradicional confraternização de fim de ano entre a indústria e os jornalistas paraenses – é um reconhecimento ao trabalho desempenhado por profissio-

35 mil

EXPECTATIVA DE PÚBLICO VISITANTE NOS QUATRO DIAS DE REALIZAÇÃO DA FIPA

nais que atuam na imprensa do estado do Pará, nas modalidades impresso, rádio, TV e web.

“Queremos reconhecer os jornalistas que se destacaram em 2013 e as melhores reportagens que abordam temas de interesse da indústria. Será uma forma de agradecer aos profissionais que, diariamente, ajudam a dar visibilidade a um estado mais forte e sustentável”, diz Cleide

Pinheiro, diretora da Temple e uma das coordenadoras da premiação.

Serão três formas de premiação. A primeira irá escolher os melhores profissionais em votação online pelo mercado de comunicação (jornalistas, publicitários e assessores de imprensa) e professores dos cursos de Comunicação Social. A segunda irá premiar as melhores reportagens de impresso, rádio, TV e web, escolhidas por uma comissão julgadora. Já a terceira será um reconhecimento da indústria a um profissional destaque, considerado a “personalidade da comunicação”.

“Vamos apresentar o regulamento detalhado e o calendário da premiação dia 23 de maio, no estande da Fiepa, ao longo da FIPA. Teremos também um hotsite e um canal direto de comunicação com os profissionais interessados em participar”, ressalta Cleide Pinheiro. No dia 5 de dezembro, uma noite especial no Hangar irá marcar a entrega do 1º Prêmio Sistema Fiepa de Jornalismo aos vencedores. ◀

PRODUÇÃO MADE IN PARÁ

Outra novidade que o Sistema Fiepa irá apresentar, em parceria com a Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) e o Conselho Brasileiro das Empresas Comerciais Importadoras e Exportadoras (CECIE), é a Oficina de Negócios Brasil Trade. Esta programação está agendada para os dias 22 e 23 de maio e tem como público-alvo empresas, sobretudo paraenses, que pretendem começar a atividade de exportações ou, então, que buscam conquistar novos mercados no cenário internacional.

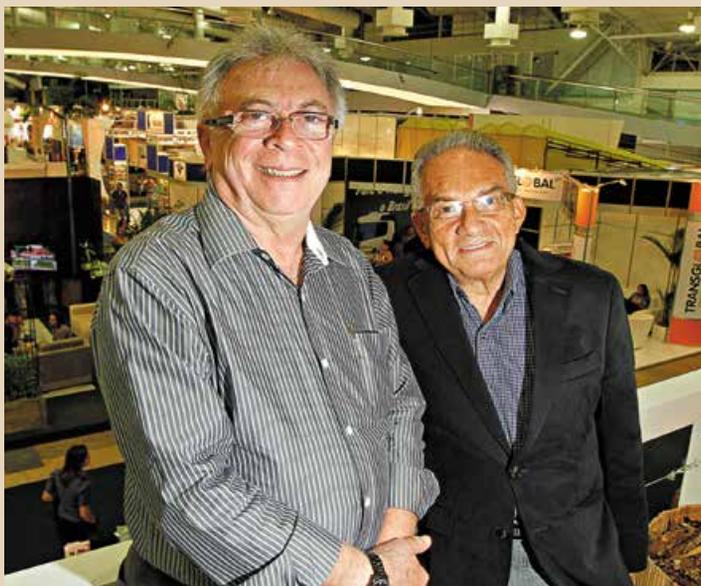
Para isto, durante o evento, haverá a participação de empresas comerciais exportadoras, participantes do Projeto Brasil Trade, que irão viabilizar esta preparação de ingresso no mercado internacional. Ao todo, sete especialistas em comércio exterior, um de cada área específica (como agronegócio, alimentação e moda) do setor industrial estarão na oficina dando consultorias para as empresas locais que almejam



obter êxito em atividades de exportação.

De acordo com o gestor da Apex-Brasil, em Brasília, Edson Carvalho, aproximadamente 30 empresas do Estado do Pará devem participar do evento. A expectativa é de que, de acordo com ele, sejam feitos mais de um milhão de dólares em negócios a partir da oficina.

Na oficina, os empreendimentos que querem alavancar a entrada no comércio internacional são aqueles que têm capacidade de produção e exportação, mas ainda não possuem estruturas interna e externa suficientes. Estas empresas vão apresentar material didático sobre a sua área de atuação, como *folder*, e amostras dos produtos que desenvolvem. “O principal objetivo deste encontro é promover a cultura exportadora das empresas paraenses”, diz Edson Carvalho.



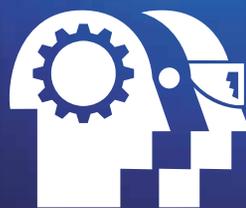
Tarso Sarraf

Ivanildo Pontes e José Conrado Santos

Há consumidores que vão aos supermercados e não sabem que estão comprando mercadorias paraenses. Com conscientização e conhecimento, a partir da Feira da Indústria, deixa-se aos poucos de consumir produtos e marcas de fora do estado e passa-se a priorizar o que é genuinamente do Pará.”

IVANILDO PONTES, DIRETOR EXECUTIVO DO SISTEMA FIEPA E COORDENADOR DA FIPA

CONHEÇA A INDÚSTRIA QUE MAIS CRESCE NO BRASIL. A NOSSA.



**XI FEIRA DA
INDÚSTRIA
DO PARÁ**

**Hangar, Belém - Pará
22 a 25 de maio, das 17h às 22h**

Sorteio de 1 carro 0Km



As mais recentes novidades da fantástica fábrica de gerar produtos, empregos e desenvolvimento estão em exposição no Hangar. Venha conhecer. Você pode sair de lá num carro zerinho.

Ingresso: R\$ 5,00

Crianças até 10 anos, acompanhadas do responsável, não pagam.

ORGANIZAÇÃO:



PATROCÍNIO:

REALIZAÇÃO:



As mil e uma utilidades do açaí

OS RESÍDUOS DO FRUTO PODEM SER APROVEITADOS POR DIVERSOS SEGUIMENTOS DA INDÚSTRIA PARA A FABRICAÇÃO DE UMA VARIEDADE DE PRODUTOS

Fotos: Bruno Carachesti



A pequena fruta de cor arroxeada, tão querida pelos paraenses, já ficou mundialmente conhecida por conta do seu sabor incomparável e pelas diversas propriedades de sua polpa. Os benefícios da fruta são tantos que o simples ato de consumi-la pode ajudar o indivíduo a reduzir o risco de desenvolver doenças cardiovasculares, infecções e ainda retardar o envelhecimento da pele.

Mas se engana quem pensa que a única importância que a fruta tem para a indústria está ligada à alimentação. Pesquisadores da Universidade Federal do Pará (UFPA) descobriram que os caroços de açaí, na maioria dos casos descartados após a extração da polpa, possuem uma substância química conhecida pelo nome de polioli, que ao ser misturada com um composto orgânico denominado de isocianato, origina uma substância de valor inquestionável para a indústria: o poliuretano.

“Pesquisar o aproveitamento dos resíduos do açaí sempre foi uma preocupação do laboratório da UFPA. O desafio era usar um produto natural sem que ele fosse competir com a indústria alimentícia e que fosse capaz de solucionar os problemas que Belém enfrenta com a geração desses resíduos”, explica a professora da Faculdade de Engenharia Mecânica da UFPA, Carmen Dias.

Ela explica que este composto pode ser utilizado na fabricação de produtos, a exemplo de solados de sapatos, móveis e estofados. “Por ser um polímero versátil, o poliuretano pode adquirir a forma rígida ou flexível, o que depende da sua densidade.” ➔



➔ A estrutura dos caroços separados de acordo com as suas finalidades



PRODUTO TAMBÉM PARA O MERCADO DA MODA

Os caroços de açaí também podem fazer parte do visual. Quem investiu nessa possibilidade foi o ateliê artesanal Amazônia e Cia, que há três anos fabrica biojoias a partir de recursos naturais. De acordo com a coordenadora do ateliê e designer Carmen Américo, a variedade de produtos que utilizam o açaí é tanta que é possível agradar pessoas de diferentes classes sociais. “Temos peças para todos os gostos e de preços variados, que fazem sucesso em estados como São Paulo e Rio de Janeiro. Há, inclusive, peças que utilizam minérios como prata e ouro, além do caroço de açaí.”

APROVEITAMENTO

INFINITAS POSSIBILIDADES EM UM CAROÇO

O caroço de açaí está dividido em três partes: um pó sem solubilidade – chamado popularmente de borra do açaí –, as fibras e a semente. O polioliol está concentrado tanto na borra do açaí quanto nas sementes, só que em densidades diferentes.

“O composto encontrado no pó do caroço origina um poliuretano com alta densidade, o que é ideal para a fabricação de produtos mais resistentes, a exemplo de móveis e placas de plásticos”, esclarece Carmen Dias. Já o poliuretano gerado a partir do polioliol das sementes possui uma maior qualidade, pois a sua densidade é equilibrada. Por conta disso, este poliuretano pode adquirir qualquer forma e originar qualquer produto, seja rígido ou flexível.

Apesar de não ter o polioliol em sua estrutura, as fibras podem facilmente ser aproveitadas pela indústria por possuírem uma baixa densidade propriedades termo-acústicas. Uma das aplicações é a fabricação de estofados e também isoladores acústicos ou térmicos para ambientes, já que tais características não permitem a penetração de ruídos e ainda mantém a temperatura do ambiente estável. “As fibras do açaí possuem propriedades parecidas com as fibras do coco, só que com algumas diferenças: elas são mais leves e mais confortáveis.”

O QUE É POSSÍVEL FAZER COM O POLIURETANO?

Esta substância é desconhecida por quase todos os consumidores, mas está presente em inúmeros produtos do nosso cotidiano. Confira alguns deles:

- Verniz para qualquer tipo de mobília;

- Espumas rígidas ou flexíveis;

- Cola para madeira e vidros;

- Pneus rígidos, a exemplo das rodas de patins e skate;

- Colchões com estruturas de molas;

- Assentos de automóveis;

- Preservativos antialérgicos (para pessoas sensíveis ao látex);

- Calçados em geral

COMIDA PARA PEIXE

OS CAROÇOS DE AÇAÍ TAMBÉM SERVEM PARA FABRICAÇÃO DE RAÇÃO PARA PEIXES. “OS BATEDORES UTILIZAM APENAS 15% DA POLPA DO CAROÇO, JÁ QUE O RESTO NÃO POSSUI SOLUBILIDADE”, EXPLICA O DIRETOR FINANCEIRO DO INSTITUTO DO AÇAÍ, EZEQUIEL MELO. A RAÇÃO É PRODUZIDA EM OUTROS ESTADOS E FUTURAMENTE PODERÁ SER FABRICADA NO PARÁ. “ESTAMOS TENTANDO IMPLANTAR ESTE PROJETO. AQUI, NÓS TEMOS UMA QUANTIDADE EXPRESSIVA DE MATÉRIA-PRIMA”, FINALIZA.



UMA OPÇÃO PARA A MEDICINA

O poliuretano da semente do açaí também é uma conquista para a medicina. É que este composto pode ser utilizado na fabricação de próteses para substituir ossos ou cartilagens da face, de acordo com a tese de pós-doutorado de Carmem Dias, desenvolvida em 2005 na Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.

“A pesquisa queria provar que o poliuretano que vem do açaí tem qualidade e pode ser usado para beneficiar a população”, explica a autora. A ideia era de oferecer à indústria uma opção mais barata para a fabricação dessa peça, que atualmente utiliza derivados do petróleo, uma *commodity* cada vez mais escassa e de alto valor.

De acordo com a tese, as próteses fabricadas a partir do composto do açaí podem substituir um osso sem problema, já que poliuretano permite construir uma estrutura mineral semelhante à estrutura óssea. O trabalho foi apresentado ao Instituto de Biofabricação da Unicamp, que comprovou a qualidade do composto presente no açaí.

Em 2012, as primeiras próteses elaboradas a partir do poliuretano foram fabricadas e submetidas a testes clínicos no laboratório da UFPA. Os testes foram feitos em camundongos e segunda a professora, os resultados não poderiam ser melhores, já que não houve rejeição. “Não percebemos nenhuma alteração nos animais após a implantação das próteses, pelo contrário, eles estavam agindo de forma normal e não tiveram nenhuma complicação ou inflamações”, relata a professora.

Após os testes clínicos, a tese foi repassada à faculdade de engenharia química da Unicamp para ajustes e análises dos resultados obtidos durante os testes no laboratório da UFPA.



Na Var do Brasil, o açaí é usado para gerar biomassa para a produção de energia

DAS RUAS DE BELÉM PARA A GRANDE INDÚSTRIA

Em junho de 2012, a empresa Var do Brasil Ambiental, especialista na fabricação de biomassas, se instalou no Pará e utiliza os caroços de açaí na fabricação de seu principal produto: os briquetes. “Os briquetes são biomassas para geração de energia utilizada nas caldeiras de indústrias no lugar da lenha”, explica o engenheiro de produção da empresa, João Bosco Cardoso.

Essa biomassa geralmente é feita apenas com serragem, mas a empresa resolveu inovar o seu produ-

to. Ela utiliza das fibras de açaí, que são separadas do caroço por meio de um processo denominado de secagem. “Ao realizar a secagem do caroço de açaí, temos então a separação do material. Nós misturamos as fibras de açaí com a serragem e a partir daí produzimos os nossos briquetes”, diz a supervisora de projetos sociais da empresa, Alcilene Nascimento.

Após passar por este processo, o caroço de açaí também serve como biomassa, sendo, consequentemente, oferecido ao mercado. “Podemos, então, dizer que temos dois produtos: um produto natural, que é o caroço de açaí sem as fibras e os briquetes feitos com serragem e fibras de açaí”, conta a gerente de logística da empresa, Célia Noronha. 

PARCERIA BENEFICIA BATEDORES

Diariamente, a Var do Brasil utiliza dez toneladas de resíduos de açaí coletados com a ajuda da Associação de Batedores de Açaí de Belém (AVABEL), nos bairros do Guamã, Jurunas e Umarizal. A coleta é realizada apenas nesses bairros, porque a associação não possui contato com todos os batedores artesanais da cidade. “Existem uma média de 6 mil batedores em Belém, mas infelizmente só temos 180 deles associados”, afirma o presidente da Associação, Carlos Noronha (foto abaixo).

A parceria significa uma conquista ambiental e social, já que é possível dar um destino adequado aos resíduos, que são responsabilidade dos batedores, e ainda ajudam a aumentar a renda familiar. “O bom é que agora a gente tem um destino para os caroços e ainda temos a possibilidade de aumentar a renda dos batedores”, revela Carlos.



Desoneração da folha de pagamento

ESTÍMULO FISCAL MODIFICA O PERCENTUAL DE CONTRIBUIÇÃO PATRONAL DO INSS, A FIM DE AMPLIAR A COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL

Crescimento baixo, investimentos reduzidos e um cenário de alerta. Com sinais de desaceleração da economia brasileira, o Governo Federal instituiu estímulos fiscais a diversos setores da indústria e serviços. Um desses incentivos foi a desoneração da folha de pagamento para 42 atividades econômicas, entre elas confecções, material elétrico, autopeças, hotelaria, tecnologia de informação, comunicação e construção civil.

Agora, de acordo com a Lei nº 12.546/2011, as empresas incluídas deixam de pagar os 20% de contribuição patronal do INSS (Instituto

Nacional do Seguro Social) e passam a recolher de 1% a 2% sobre o faturamento. Ou seja, se a produção for alta, pagam mais; se faturarem menos, o tributo é menor.

Empreendimentos de transporte rodoviário e rodoviários de carga, navegação de travessia, gestão de cargas, descargas de contêineres e prestação de serviços serão beneficiados somente a partir do dia 1º de janeiro de 2014.

A mudança objetiva, em primeiro lugar, ampliar a competitividade da indústria nacional, por meio da redução dos custos laborais, e estimular as exportações, isentan-

do-as da contribuição previdenciária. Além disso, busca a formalização do mercado de trabalho, uma vez que a contribuição previdenciária dependerá da receita e não mais da folha de salários. A ação, batizada pelo Governo Federal de Brasil Maior, deve provocar uma desoneração total anual de R\$ 7,2 bilhões.

A diferença de arrecadação será compensada pela União para o Fundo do Regime Geral de Previdência Social no valor estimado de renúncia previdenciária, conforme previsto na Lei de Responsabilidade Fiscal, de forma a não afetar a apuração do resultado financeiro.



42 setores

SÃO BENEFICIADOS COM A DESONERAÇÃO FISCAL EM FOLHA DE PAGAMENTO

Segundo Leonardo Menescal, sócio do escritório Silveira, Athias, Soriano de Mello, Guimarães, Pinheiro & Scaff Advogados, a mudança trará muitos benefícios para a indústria que demanda bastante mão de obra. “Como a tributação incidia sobre a mão de obra, no percentual de 20% sobre a folha de salário, a carga fiscal era muito pesada. Quando se altera para uma taxa de 2% sobre o faturamento, há uma redução considerável, especialmente para as empresas com grande número de empregados”, explica. O advogado ressalta, contudo, que todas as demais contribuições incidentes sobre a folha de pagamento, como seguro de acidente de trabalho, salário-educação e FGTS, permanecerão inalteradas.

Em relação à Construção Civil, último setor incluído na desoneração fiscal, Leonardo Menescal explica a regra de transição de um regime para o outro: “se você iniciou a obra antes da vigência da norma, em 1º de abril de 2013, isto é, se houver uma CEI (Cadastro Específico do INSS) emitida de 31 de março de 2013 para trás, você pode optar pelo regime novo ou pelo antigo. Já as obras iniciadas a partir de 1º de abril entram automaticamente na nova sistemática de tributa-

ção sobre o faturamento. Da mesma forma ocorre com os demais setores: não há necessidade de requerimento ou preenchimento de qualquer formulário, a aplicação é imediata”, ratifica.

O único ponto que Leonardo Menescal considera negativo, entretanto, é a obrigatoriedade da mudança para todas as empresas. “As empresas que não têm mão de obra expressiva, não precisam de muitos funcionários, ou seja, que não têm uma folha de salários extensa, serão prejudicadas. Para estas empresas o montante de faturamento é muito mais relevante do que o valor da folha para efeitos de base de cálculo do tributo”, diz.

De forma geral, entretanto, a novidade é bem-vinda e a expectativa é de que seja ampliada para outras atividades econômicas. “Espera-se um aumento na geração de empregos, porque o empresário não precisa mais se preocupar tanto com a tributação com base no valor da folha de salários. Então, é bem possível que seja sim, um estímulo à contratação de novos empregados e, por isso, beneficiaria outros segmentos também, pois a criação de emprego e renda gera um círculo extremamente benéfico à economia”, afirma o advogado. 

A NOVA LEI PREVÊ IMPOSTOS SOBRE O FATURAMENTO EM:

1% PARA AS EMPRESAS QUE ELABORAM DETERMINADOS PRODUTOS INDUSTRIAIS (IDENTIFICADOS PELO CÓDIGO DA TIPI- TABELA DE INCIDÊNCIA DO IMPOSTO SOBRE PRODUTOS INDUSTRIALIZADOS).

2% PARA AS EMPRESAS DO SETOR DE SERVIÇOS, COMO AQUELAS DO RAMO HOTELEIRO, DE CALL CENTER E DESIGN HOUSES, E QUE PRESTAM OS SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO.

Como vai o clima em sua empresa?

FERRAMENTA DE GESTÃO INTERFERE NA PRODUTIVIDADE DAS EMPRESAS E DIMINUI ROTATIVIDADE DOS EMPREGADOS

Você já parou para pensar se o clima na sua empresa vai bem ou está atravessando “chuvas e trovoadas”? Saber o que se passa na cabeça dos colaboradores, medir o grau de satisfação e manter a motivação entre eles é papel fundamental dos gestores de uma empresa. Essas medidas garantem a produtividade com qualidade e a saúde da empresa e de seus colaboradores.

“A pesquisa de clima permite, além da análise interna e externa, acompanhar os índices de satisfação e comprometimento dos empregados com a organização. Esta ferramenta de gestão proporciona, através de estratégias e ações, o crescimento e o desenvolvimento das pessoas, sua máxima produtividade e qualidade, visando atingir e superar os resultados pré-estabelecidos pela direção da organização”, ressalta Odenilcy Martins, gerente de Recursos Humanos da Hydro Alunorte, refinaria de alumina localizada em Barcarena (PA) que mantém a Hydro Monitor, uma pesquisa de clima global aplicada em todas as unidades Hydro do mundo.

Mostrando-se cada vez mais como uma importante ferramenta para Gestão de Pessoas e Planejamento Estratégico de Recursos Humanos, a pesquisa de clima organizacional cria indicadores rele-

vantes para dar excelência nos processos administrativos das empresas. O clima influencia direta e indiretamente no comportamento de todos os colaboradores e seus líderes. “Motivação, produtividade e satisfação das pessoas envolvidas são essenciais para a gestão organizacional de toda e qualquer empresa. Os líderes, gestores das empresas, precisam estar atentos aos sinais. Eles devem estar preparados para dar respostas positivas à pesquisa de clima”, esclarece Vanessa Anjos, administradora e coordenadora do IEL Pará.

Vanessa explica que uma pesquisa de clima bem aplicada é capaz de mensurar o nível de satisfação dos funcionários da empresa com relação ao ambiente organizacional, a motivação e a forma de como as pessoas se relacionam entre si. A partir deste conhecimento da rotina interna da empresa, é possível elaborar um plano de ação que possa dar respostas positivas aos colaboradores, contribuindo para o desenvolvimento e crescimento pessoal, a fim de se atingir a produtividade e qualidade que se espera.

“As principais melhorias esperadas são em relação ao trabalho propriamente dito e estão relacionadas com as políticas de recursos humanos (salários, benefícios e outras), relacionamento interpessoal, co-

“A pesquisa tem desenhado novos rumos dentro das organizações. A partir de gaps de percepção dos empregados sobre os benefícios ou programas, comparado com as expectativas da empresa, pode ainda ajudar a ajustar os programas e identificar onde estão as dúvidas para melhorar a comunicação.”

RAQUEL CONDE, CONSULTORA ORGANIZACIONAL



◉ *Everton faz questão de participar das pesquisas de clima aplicadas pela Alcoa e se diz satisfeito em ver a resposta da empresa aos resultados*

municação entre colegas da empresa, tratamento entre os superiores e subordinados, vivência profissional em equipe e as condições do ambiente de trabalho”, ressalta Vanessa.

Segundo a gerente de Recursos Humanos da Hydro Alunorte, a cada dois anos é realizada a pesquisa de clima na empresa. “Ficamos muito satisfeitos com os resultados. Em 2012, conseguimos que 87% dos nossos colaboradores respondessem a pesquisa. Foi a primeira vez que fizemos a Pesquisa de Clima no padrão Hydro Monitor”, comemora.

A gerente explica que, no caso da Hydro, foi importante que a pesquisa estivesse focada no que é relevante para alavancar o negócio da empresa. Para ela, somente com o foco na excelência do clima de trabalho será possível fazer a diferença interna e externamente ao ambiente da empresa. “É preciso conhecer o que motiva nossos funcionários. Se eles têm plena consciência do seu papel dentro da organização. Se para eles a empresa é eficiente, inovadora. Todas essas e muitas outras questões são respondidas em nos-

sa Pesquisa de Clima. Ao final deste trabalho, produzimos um relatório indicando um plano de ação para cada vez mais nos tornarmos referência nesta área.”

Odenilcy conta que cada departamento da empresa recebeu um plano com ações específicas que estão sendo acompanhadas pelos empregados, sendo algumas delas de responsabilidade corporativa. Ela diz que um exemplo de melhoria sugerido pelos empregados foi em relação ao fato de que alguns dos colaboradores da empresa des-

conheciam as estratégias da Hydro. “Esse item foi bem relevante na pesquisa. Com base nessa informação realizamos uma ação de aproximação dos empregados do Corporativo da empresa. Juntamente a este trabalho, divulgamos as estratégias de negócio da Hydro, os resultados de 2012, as metas para este ano e a visão de futuro da empresa. Dessa forma, esperamos motivá-los, interferindo positivamente na produtividade da empresa e na melhoria do clima organizacional.”

RESULTADOS NA PRÁTICA

Segundo dados de 2011 do Instituto global de pesquisa, consultoria e treinamento Great Place to Work, as melhores empresas para trabalhar normalmente têm a metade da rotatividade voluntária de seus concorrentes, poupando investimentos em recrutamento e treinamento de funcionários. Na visão do Instituto, o impacto de um bom clima organizacional não é apenas em motivação da equipe, mas também, no aumento sensível dos resultados da empresa, na atração de talentos, na queda de rotatividade e no estímulo à inovação.

Segundo Ruy Shiozawa, presidente da Great Place to Work no Brasil, as melhores empresas para se trabalhar apresentam altos índices de satisfação entre seus empregados. Uma pesquisa feita em 2012 entre empresas de varejo provou que os índices de satisfação dos funcionários impactam diretamente na satisfação dos clientes, quando os dois dados são cruzados. Nas empresas em que os funcionários estavam motivados e satisfeitos, os clientes eram melhores tratados e estes, por sua vez, se tornavam mais fiéis, trazendo mais venda e consequentemente mais lucro para a empresa.



Bruno Caracosti

Para Vanessa, conhecer a rotina da empresa é ponto de partida para elaborar um plano de ação que possa dar respostas positivas aos colaboradores

CLIMA ORGANIZACIONAL

É um conjunto de valores, atitudes e padrões de comportamento formais e informais existentes em uma organização, estando diretamente ligado à maneira como o colaborador percebe a organização com a sua cultura, normas, usos e costumes.

ferramenta e relata o quanto ela é importante para uma gestão saudável. “A pesquisa funciona muito bem. Nela podemos apontar aspectos que contribuem com nosso bem-estar, ambiente de trabalho, segurança, relacionamento com os colegas, alimentação, trato com o meio ambiente, turno e muito mais. É por esse canal que podemos propor as melhorias. E é muito bacana ver depois, a partir do plano de ação de cada área, que ponto a ponto foi resolvido. Trabalhar satisfeito faz bem para saúde, diminui o estresse e aumenta a produtividade.”

Segundo Jorge, as propostas de melhorias são sugeridas pelos empregados e geram um plano de ação que é acompanhado mensalmente pelos gestores. Como exemplo de melhorias, ele cita algumas questões que contribuíram para melhor qualidade de vida. “Consequimos ônibus da empresa para Vila dos Cabanos na hora do almoço, melhoraram a qualidade e a quantidade dos nossos uniformes, fecharam parceria com academias em Belém e Abaetetuba, para quem não podia usufruir desse benefício

EMPREGADOS RECONHECEM A IMPORTÂNCIA

Com 18 anos trabalhando na Alumínio Brasileiro S.A (Albras), fábrica de alumínio primário do grupo Hydro, Francisco Jorge Ferreira, 38 anos, hoje gerente operacional de Produção, conta que todo ano participa das pesquisas de clima, desde a época em que era operador. Ele reconhece a eficiência da

em Barcarena. Mas esses são só alguns exemplos. A pesquisa é um canal aberto que funciona e mostra na prática, os resultados esperados”, ressalta.

Everton Matos Guimarães é técnico de produção na unidade da Alcoa Juruti, no oeste do estado do Pará. Ele participou de todas as etapas da *Global Voices* – pesquisa de clima organizacional aplicada pela empresa e ressalta o quanto a devolutiva de todo esse processo é fator determinante para manter a motivação, aumentar a produtividade e garantir a harmonia no ambiente de trabalho.

O engajamento dos funcionários após o plano de ação de melhorias executado com os resultados da pesquisa de 2012 da Alcoa resultou em um incremento de 10% sobre a produção planejada, passando de 4 milhões de toneladas para 4,4 milhões de toneladas de bauxita.

“É muito bom ver a satisfação da equipe quando os anseios são atendidos. E quando isso não é possível, receber uma justificativa. Trabalhar motivado eleva a auto-estima e faz bem de um modo geral. Quando me reúno com a equipe para pensar nas melhorias, propor mudanças e ver tudo acontecer, me dou conta do quanto somos parte importante nesse processo. Isso nos motiva a dar o melhor de nós e os resultados são sempre positivos”, explica.

Everton avalia que quando as pessoas estão descontentes com algo e se sentem desmotivadas, não conseguem se concentrar em suas tarefas e isso se torna uma grande armadilha para que aconteçam acidentes. “Com a pesquisa, todos participam da elaboração do plano de ação e das reuniões de acompanhamento das melhorias realizadas junto aos supervisores. Trabalhar integrado, contente e concentrado reduz riscos de acidentes no trabalho. Todo mundo ganha”, garante. ❏

QUANDO APLICAR A PESQUISA?

- ⇒ Vanessa Anjos explica que não é difícil identificar a hora certa de realizar a pesquisa. A administradora e coordenadora do IEL Pará ressalta alguns riscos que a empresa corre se negligenciar os sinais. Caso não haja o alinhamento da cultura com as ações efetivas da organização, bem como, a integração entre processos e as áreas, o clima da empresa pode ser seriamente comprometido.
- ⇒ A pesquisa de clima só deve ser aplicada quando se tem um objetivo definido. “É preciso ter clareza sobre o que a empresa quer saber, a partir da percepção dos empregados, para então formular as perguntas e aplicar a pesquisa, ferramenta que ajudará a alta administração da empresa, através do RH, a entender os impactos das políticas da empresa nos empregados e a partir disso tomar decisão sobre os rumos destas”, alerta Vanessa.
- ⇒ Raquel Conde, consultora organizacional e *alpha coaching* pela Sociedade Brasileira de *Coaching* destaca que um dos maiores riscos quando a pesquisa é aplicada acontece quando a empresa recebe respostas para as quais não está preparada ou não quer ouvir e depois ignora. “Por isso é importante ter o objetivo bem alinhado e abertura para ações em caso de divergência de percepção.
- ⇒ Segundo Raquel, a empresa deve ter interesse genuíno sobre a opinião dos empregados e, além disso, deve estar disposta a compartilhar os resultados e tomar ações em caso de desvios de percepção em relação ao esperado. “Se não houver essa disposição, é melhor não iniciar. Porque quando se aplica esse instrumento, as pessoas ficam aguardando resposta, quando ela não vem, pode gerar especulações e desmotivações”, ressalta.
- ⇒ O que acontece muitas vezes é o excesso de burocracia, a necessidade de treinamento, queda na produtividade, aumento na rotatividade e insatisfação de cliente interno e externo. “Tudo isso, compromete o clima’ da empresa e, pode provocar perda de bons funcionários, levando a maioria ao desânimo, ao comodismo e, conseqüentemente, ao comprometimento da produção”, completa Vanessa Anjos.
- ⇒ Em Belém, as empresas têm valorizado cada vez mais essa ferramenta de gestão. Na visão de Vanessa, os empresários estão cada vez mais interessados em ouvir os seus funcionários. E saber o que pensam em relação à empresa e aos processos, conhecer a realidade familiar, social e econômica de seus funcionários, dão subsídios ao gestor. “Com base nessas informações, ele tem condições de ajustar seus colaboradores de maneira mais eficiente na rotina da empresa. Assim ele é capaz de aproveitar melhor os perfis e as competências de cada um de seus profissionais”, avalia Vanessa, que aponta como resultados positivos de trabalhar melhor o clima organizacional, “o aumento da produtividade com qualidade, a diminuição da rotatividade, a criação de um ambiente de trabalho seguro, leve e com bom astral, sem falar no alto índice de motivação”.

Porta de entrada para o mercado

ALTO POTENCIAL DE EMPREGABILIDADE E MAIORES RENDIMENTOS SÃO ALGUNS DOS DIFERENCIAIS DOS EX-ALUNOS DO SENAI



Fotos: Italo Brum

Pesquisa recente da Confederação Nacional da Indústria (CNI) aponta que os alunos que fazem cursos técnicos do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) tem 72% de chance de entrar no mercado de trabalho. Em nível estadual, a empregabilidade dos ex-alunos do Senai sobe para perto de 84%, segundo o Mapa do Trabalho Industrial da CNI. Para empresários do setor industrial, os cursos do Senai são como um carimbo, um visto que dão melhores condições de acesso àqueles que buscaram pelo caminho da qualificação profissional.

O jovem Felipe Vieira Carneiro, 21 anos, foi aluno do Senai no curso de Mecânico de Automóveis em Belém. Ao término do curso foi chamado para trabalhar em uma das maiores oficinas mecânicas da cidade, a Importadora Veículos. “Eu tinha muitas dificuldades para conseguir emprego antes do curso. Tive essa oportunidade através do Senai. Hoje em dia as empresas querem mão de obra qualificada. Quem apresenta esse diferencial, tem espaço no mercado de trabalho”, comenta Felipe, que completa: “estou satisfeito porque faço o que amo. Trabalho com prazer e quero seguir nessa área pelo resto de minha vida. O próximo passo é entrar na universidade e fazer um curso de

◉ Felipe Vieira fez o curso de mecânico automotivo e logo conseguiu uma vaga no mercado



↳ Lariana participou de uma das primeiras turmas que o Senai ofertou em Juruti

Engenharia”.

Cesar Miglio, chefe de Felipe e gerente da Importadora Veículos, afirma que há cerca de seis anos a empresa passou a priorizar a contratação de ex-alunos do Senai. De acordo com Cesar, o rendimento e a produtividade, bem como, a qualidade do serviço é “infinitamente superior em comparação aqueles que não fazem o curso do Senai”. Investir nessa mão de obra qualificada, explica o gerente da oficina mecânica, tem dado bons resultados. “A nossa visão, é de que a pessoa que vem do Senai traz uma bagagem diferenciada desde a base. O profissional chega preparado para se desenvolver. Sem dúvida o Senai dá a ele uma possibilidade de aprendizado mais rápida”, afirma.

UM IMPULSO À ECONOMIA LOCAL

Já é uma realidade entre famílias beneficiadas pelo Pronatec, antes beneficiárias do auxílio do Bolsa Família, deixarem essa condição em troca de uma vaga no mercado de trabalho, impactando positivamente na melhoria de vida e ajudando a impulsionar a economia local.

Investindo na qualificação da mão de obra local as empresas deixam de buscar profissionais que vêm com o fluxo migratório gerado pelos grandes projetos instalados no Pará. Hoje, o Pará está com importantes empreendimentos econômicos nos municípios de Altamira, com a Usina Hidrelétrica de Belo

“A capacitação profissional veio como uma transformação geral, em vários sentidos. Hoje, tenho maiores incentivos para continuar meus estudos.”

LAURIANA DA SILVA
GUIMARÃES, FUNCIONÁRIA
DA ALCOA JURUTI



➤ André fez o seu primeiro curso no Senai aos 15 anos e de lá para cá trilhou uma carreira sólida, passando por grandes empresas

Monte, Marabá na área da construção civil, siderurgia e mineração, e Juruti, também na área de mineral com uma mina de bauxita.

E com base nesse conhecimento, a Rede Senai, juntamente com o Pronatec, está chegando aos mais remotos municípios, por meio de unidades fixas ou móveis, para qualificar a mão de obra genuinamente paraense. “A cada ano a tendência é aumentar a oferta de vagas do Programa. No Pará, nós aumentamos 30% a oferta de vagas em relação ao ano passado”, comentou Edda Sena, técnica da Diretoria de Educação e Tecnologia do Senai-Pará.

Prova de que a preocupação do Senai com a qualificação da mão de obra local já é antiga, são os casos de sucesso verificados há algum tempo no mercado de trabalho. André Fontes, que com apenas quinze anos de idade já estava estudando na entidade, cursou Mecânica de Automóveis e Aeronáutica. Trabalhou na Vale, em Carajás, e hoje tem seu próprio negócio



Divulgação Alcoa

➤ Rogério Ribas, gerente de Recursos Humanos da Alcoa Juruti

em Belém. Ele fala com orgulho do diferencial que sentiu em sua vida depois de ter ingressado no Senai. “Para a minha vida profissional foi um divisor de águas. Abriu novas possibilidades de atuação no mercado de trabalho e, indiretamente, acabou também beneficiando muito mais do que o lado profissional”, ressaltou André, que também preside o Sindicato da Indústria de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado do Pará (Sindirepa).

ALTA EMPREGABILIDADE E BONS SALÁRIOS

Com o objetivo de atestar a qualidade dos cursos de qualificação ofertados às indústrias, a CNI realiza o acompanhamento de egressos do Senai desde o final da década de 90. As pesquisas neste sentido vêm se consolidando em todos os Departamentos Regionais, nas 27 Federações das Indústrias, compro-

vando o alto potencial de empregabilidade e melhores rendimentos salariais dos ex-alunos que passaram pelo Senai.

Dos profissionais que fizeram cursos de habilitação profissional técnica, 85,71% tem ocupação formal no mercado. Já em aprendizagem industrial básica, 67,6% estão atuando formalmente nas indústrias e segmentos da cadeia produtiva brasileira.

Além da alto potencial de empregabilidade, o Mapa do Trabalho Industrial, pesquisa da CNI, indica que os ex-alunos do Senai também conseguem maiores rendimentos financeiros. Aqueles que fazem alguma capacitação ou qualificação profissional aumentam em até 24% os salários logo após o término do curso.

“Foi muito bom ter estudado no Senai. Meu salário melhorou muito e até hoje tenho propostas de outras empresas”, comenta Erismar Brito, de 30 anos, morador de Parauapebas, sudeste paraense. Erismar, que cursou eletromecânica no Senai, conseguiu uma boa posição em uma das maiores mineradoras do mundo, a Vale. “Durante o curso fui chamado para entrar na Vale já como técnico em eletromecânica. A mineradora tem uma forte demanda por profissionais dessa área. Hoje, tenho um plano de carreira e tenho como próxima meta o cursar o ensino superior”, relata.

No município de Juruti, no oeste do Pará, a Alcoa opera um empreendimento de mineração de bauxita e contabiliza como uma de suas maiores realizações a média constante de 80% de paraenses no seu efetivo total na implantação e operações da planta. Uma média expressiva, que demonstra grande empregabilidade no segmento industrial e minerador.

Quando chegou à região, a Alcoa se deparou com índices de

15,05% de analfabetismo (INEP/MEC), considerando-se a população acima de 15 anos de idade. Diante deste cenário foram realizados investimentos em educação básica e qualificação profissional, demandando atuação direta da empresa em parceria com o poder público e instituições especializadas em educação.

“Na época, buscávamos uma instituição que nos desse segurança na formação de nossos futuros funcionários e que pudesse contribuir também no aumento do nível de instrução e capacitação da população local. Por isso, apostamos na parceria com o Senai. Desde então, os nossos objetivos tem sido plenamente alcançados. O Departamento Regional tem nos dado um retorno muito positivo em relação a formação de profissionais”, afirma Rogério Ribas, gerente de Recursos Humanos da Alcoa Juruti.

Lauriana da Silva Guimarães é funcionária da Alcoa Juruti há mais de três anos. Ela participou de uma das primeiras turmas que o Senai ofertou em Juruti. Trabalhando na Sala de Controle da Usina de Classificação, ela faz parte do Programa de Treinamento e Desenvolvimento da Alcoa, e contribui para o processo de lavagem e classificação da bauxita. Novamente em busca de mais conhecimento e com o objetivo de se especializar na área mineral, Lauriana buscou a capacitação do Senai e agora faz parte da turma de curso técnico em Mineração.

“Entrei como operadora na área externa, lidando com empilhadeiras e hoje estou na área interna, na Usina de Classificação, treinando para atividades na Sala de Controle. Este novo posicionamento no mercado possibilitou com que eu pudesse construir minha casa, uma das coisas que mudou minha qualidade de vida”, relata Lauriana. ➔



BONS RESULTADOS

No ano de 2012, o Senai formou 58.276 profissionais no Pará e a meta para esse ano é qualificar 75.176. O foco é chegar em 2015 com 104.400 profissionais formados para atender à alta demanda da indústria paraense. O Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) vem ajudando a alavancar esses números. Todos os cursos do Pronatec são custeados pelo Governo Federal, responsável pela estruturação do Programa. No Pará, neste ano, serão ofertadas 10.628 vagas. Deste total, 693 são de nível técnico e o restante são vagas de qualificação com carga horária mínima de 160 horas.



Mais educação, melhor desempenho

EMPRESAS APOSTAM NA QUALIFICAÇÃO PARA DESENVOLVER SEUS PROFISSIONAIS

“**H**á vagas”. Esse é o aviso da indústria brasileira quando se trata da busca por profissionais qualificados e com elevado grau de escolaridade. E as oportunidades são nas mais diversas áreas, desde a construção civil até setores ligados à tecnologia. Pesquisa da Confederação Nacional Indústria (CNI) revela que a falta de mão de obra qualificada afeta 69% das empresas, o que acabou criando a necessidade de formar os profissionais dentro

das instituições, ofertando treinamentos e cursos no próprio local de trabalho. Quase 80% das empresas brasileiras optam por oferecer a qualificação que necessitam sem que os seus profissionais precisem se deslocar ao centro de estudos.

No Pará, o Serviço Social da Indústria (Sesi) contribui para diminuir as dificuldades deste cenário atuando na área educacional com cursos voltados para quem quer voltar a estudar, concluir o ensino fundamental e médio ou ainda está

em busca de uma vaga no curso superior. Tudo adaptado à necessidade do trabalhador e do empresário, com foco na inovação.

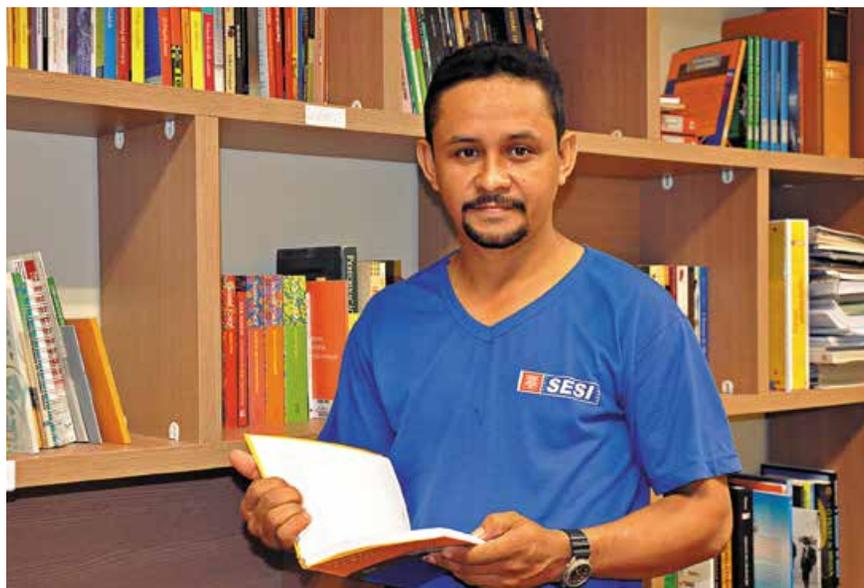
O Programa Elevação da Escolaridade do Trabalhador tem como meta aumentar a produtividade e a competitividade da indústria pela promoção de novas estratégias de educação e de formação de competências e habilidades profissionais, por meio da elevação da escolaridade do trabalhador e de seus dependentes. O primeiro pas-



Adriana Ferreira



➤ Márcia Arguelles, gerente de Educação do Sesi-Pará



➤ O operador Raimundo Costa voltou às salas de aula por meio do EJA

so nesse sentido é a conclusão da educação básica por meio da modalidade EJA – Educação de Jovens e Adultos (ensino fundamental e ensino médio).

O EJA é realizado em todas as unidades do Sesi no Estado. “A procura maior é no início de semestre, como janeiro e agosto, mas inscrevemos para o EJA ao longo do ano. Como o curso é modular, é possível iniciar as aulas a cada novo módulo”, explica Márcia Arguelles,

gerente de Educação do Sesi-Pará. A turma inicia sempre no início do ano e funciona de segunda à sexta-feira, com duas horas de aula por dia, das 18h às 20h. A modalidade pode ser ofertada ainda dentro das empresas. Atualmente, mais de 2.200 alunos integram as turmas de Educação de Jovens e Adultos, incluindo as turmas *in company*.

Em 2013, a previsão é de expansão. “As demandas estão crescendo porque o empresário está percebendo

do a carência educacional do seu trabalhador, que tem dificuldade de acompanhar a evolução dos trabalhos. Atualmente, entre as cidades que temos turmas em funcionamento estão Belém, Altamira, Castanhal, Santa Izabel, Santarém, Paragominas, Icoaraci, Porto Trombetas e em Paraupébas”, detalha Márcia.

E a procura dos alunos é grande. O operador de guincho Raimundo Costa, 38 anos, é um dos alunos do EJA que lembra com orgulho o desafio de voltar ao universo da sala de aula. “Concluí o ensino fundamental e lembro que tinha dificuldade em matemática. Quando tive a oportunidade de fazer o EJA vi que teria que me dedicar, que iria fazer uma diferença importante na minha vida profissional. Durante o curso, minha nota mais baixa em matemática foi sete”, comemora Raimundo.

Junto à ansiedade para a conclusão do ensino médio, o operador já tem metas para o futuro. “Quero partir para o cursinho pré-vestibular do Sesi e fazer a prova para o curso em Agronegócios ou alguma área de atuação na indústria”, planeja.

SEM FRONTEIRAS PARA A EDUCAÇÃO

Com os constantes avanços da tecnologia, fica mais fácil levar o acesso à educação para áreas remotas. Um portfólio de cursos de Educação Continuada com várias opções de aulas ministradas de acordo com a necessidade do solicitante é levado às indústrias por meio de uma unidade móvel, que dispõe de uma estrutura tecnológica para dar apoio aos alunos.

As aulas são realizadas com o apoio de computadores, lousa digital, projetor multimídia e *tablets*, nos quais os alunos podem acompanhar conteúdos contextualizados ao mundo do trabalho do Sistema Indústria, como Saúde e Segurança no Trabalho, Inclusão Digital, Edu- ➤

Fotos: Adriana Ferreira



Com os cursos oferecidos pela Sococo, Waldemir se viu motivado a buscar novos horizontes



Antônia Moraes planeja iniciar uma pós-graduação para melhorar sua qualificação

ção para a Sustentabilidade e Desenvolvendo Competências Pessoais e Sociais para o mundo do trabalho.

A procura pelos cursos tem sido grande, o que confirma o crescente interesse na indústria em qualificar seus profissionais e até quem vive na sua área de abrangência. “A carreta segue sempre ocupada, com agenda cheia, pré-definida junto às empresas vislumbrando o fomento de mão de obra”, explica a gerente de Educação do Sesi.

Na Sococo, empresa que possui

o maior cultivo de coco do Brasil em sua fazenda localizada em Moju, nordeste paraense, esse investimento em educação é um projeto que visa melhorar o desempenho de quem já faz parte do quadro de funcionários da empresa e de quem pode ingressar na instituição. “Recebemos os cursos do Sesi pela primeira vez em abril e priorizamos os funcionários considerados lideranças na empresa e também abrimos vagas para a pessoas da comunidade, com idade de ingressar no mercado de trabalho e

que, futuramente, podem se tornar trabalhadores da Sococo”, explicou Jurandir Rebelo, coordenador agropecuário da Sococo.

Waldemir Lima, fiscal de setor que estava afastado há alguns anos da sala de aula, fez o curso “Competência para o mundo do trabalho”, que o motivou a resgatar a vontade de aprender. “Gostei tanto que até sugeri alguns outros cursos, como o de inclusão digital básica, porque eu e alguns colegas não sabemos mexer muito bem nos computadores, e de Relações Humanas, para ajudar no contato do dia a dia com os colegas”, disse.

Já Antônia Moraes, assistente técnica que está há 22 anos na Sococo, gostou tanto de participar do curso que se sentiu estimulada a iniciar uma pós-graduação. “Sou graduada em pedagogia e gostei muito do curso que fiz, sobre Saúde e Segurança no Trabalho. Foi possível saber como criar uma Comissão Interna de Prevenção de Acidentes e como auxiliar os colegas a manter a segurança nas suas atividades, com o uso regular dos Equipamentos de Proteção Individual (EPIs)”, detalhou Antônia.

A satisfação com as aulas vem ainda dos gestores, que acreditam que o investimento na educação é na verdade um retorno de futuro garantido. “O custo de trazer as aulas para a empresa é muito vantajoso. Arcar com o deslocamento, alimentação e hospedagem, em Belém, para esse mesmo número de funcionários tornaria inviável a capacitação. Dentro da empresa é tudo mais prático. Sem dúvida, o Sesi veio para ficar”, garante o superintendente da Sococo, Alberto Maynard Tenório.

Os quatro primeiros cursos ofertados na unidade móvel atenderam 90 pessoas. E os planos para um futuro próximo não param – a empresa pretende montar uma turma de Educação de Jovens e Adultos, para

que os trabalhadores possam concluir o ensino fundamental e médio dentro da própria Sococo.

PRÉ-VESTIBULAR AUXILIA NA CONQUISTA DO DIPLOMA

Além do aumento da produtividade e da possibilidade de inovação no trabalho, um diploma superior pode garantir além de uma vaga no mercado de trabalho, um rendimento maior e a facilidade de concorrer a uma promoção. Dados do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mostram que os rendimentos de trabalhadores com diploma universitário é quase 300% maior dos que têm apenas o ensino médio.

Quem conhece essa estatística na prática é Reginaldo Quadros. O mecânico industrial iniciou neste ano o curso pré-vestibular do Sesi e pretende correr atrás do tempo perdido. “O responsável pela área em que trabalho está se aposentando. Se eu tivesse o nível superior poderia concorrer à posição e quem sabe ocupar o cargo do meu chefe, mas sem essa qualificação isso não será possível”, lamenta.

Para preencher essa lacuna no currículo, Reginaldo voltou a estudar com uma meta: ser aprovado no curso de engenharia mecânica. “Trabalho na área de mecânica há seis anos e vejo que a qualificação é de suma importância no mercado de trabalho. Quero mudar a minha realidade e melhorar também minha condição salarial”, avalia.

As expectativas de um futuro promissor também fazem parte dos planos de Eduardo Ribeiro, funcionário da Cosanpa, aprovado no curso de Sistema de Telecomunicações no Instituto Federal do Pará. Já graduado em pedagogia e atuando na área administrativa, Eduardo buscou uma área com grande demanda de mão de obra e na qual pudesse desenvolver ainda pesquisas acadêmicas. “Nunca deixei de estudar. Estou sempre lendo material para concurso, me informando e penso que ampliar o leque de opções de qualificação é positivo. Mesmo tendo passado em outros cursos, priorizei a tecnologia porque há deficiência de profissionais e porque depois posso seguir com um mestrado”, afirma.

A turma mais recente do pré-vestibular do Sesi iniciou no mês de abril e reúne 70 trabalhadores da indústria da região metropolitana de Belém. ❏

PARA TODAS AS IDADES

❏ O compromisso do Sesi em contribuir para a formação de profissionais qualificados começa desde a infância. Os dependentes de trabalhadores da indústria dispõem das escolas do Sesi, que contam com turmas da educação básica, com educação infantil (jardim I e II) e ensino fundamental (1º ao 5º ano). Entre os diferenciais oferecidos está a metodologia de ensino utilizado, alinhado com as orientações brasileiras de educação e do Sistema Indústria e que acompanha as constantes mudanças tecnológicas do Sistema Indústria. Além disso, há conteúdos voltados para o empreendedorismo, com o Junior Achievement e a ferramenta *Legu Zoom Education*, que insere no contexto de robótica educacional e ainda tem o EJA que utiliza o ambiente educacional com o aplicativo Eureka.in, que oferece aprendizagem em 3D. Todo esse conteúdo extra, ministrado junto às disciplinas tradicionais garantindo ao aluno uma formação extra em desempenho escolar e desenvolvimento pessoal.

❏ Para saber mais sobre a área de educação e solicitar serviços, entre em contato conosco.

❏ Telefones: (91) 4009-4921 / 4938

❏ E-mail: gerenciadeeducacao@sesipa.org.br

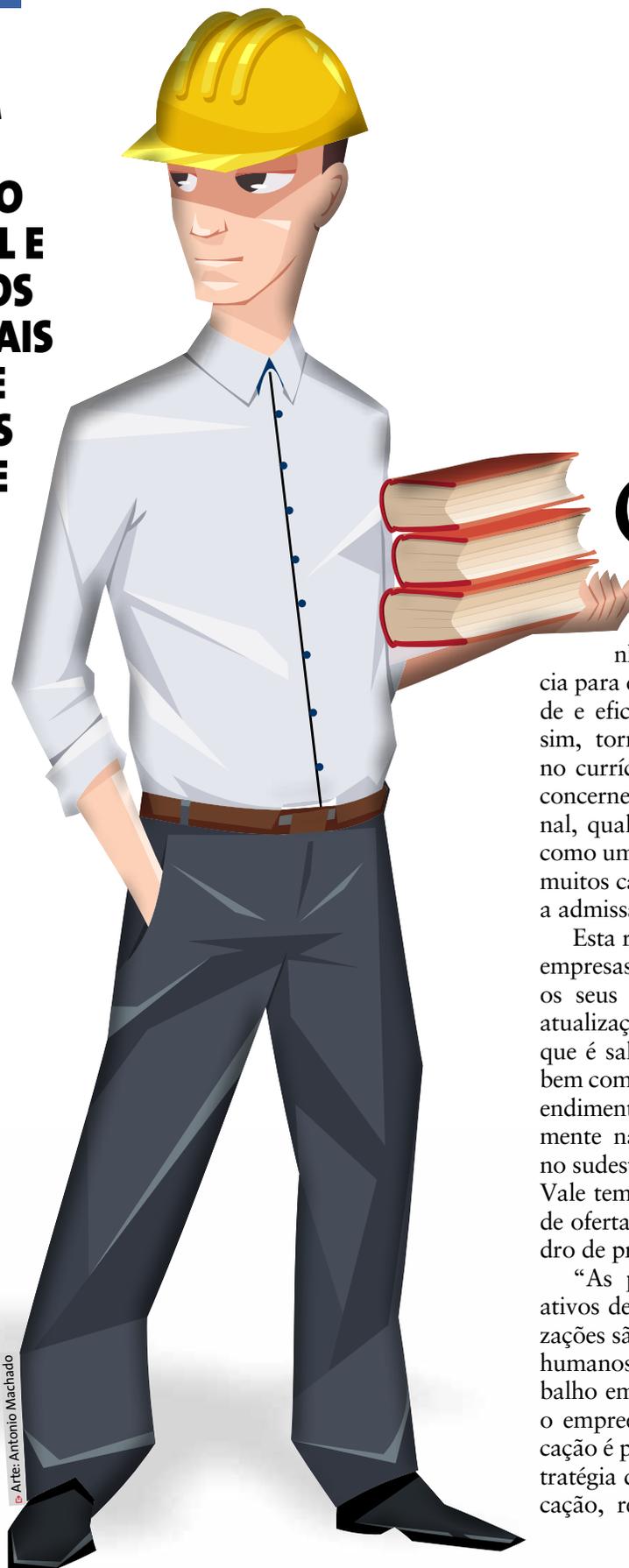


❏ Reginaldo vê no estudo a possibilidade de melhorar sua posição na empresa em que trabalha

❏ Bruno Caradestri

VIDA CORPORATIVA

**EMPRESAS
INVESTEM EM
CURSOS DE
QUALIFICAÇÃO
PROFISSIONAL E
FUNCIONÁRIOS
SE SENTEM MAIS
MOTIVADOS E
VALORIZADOS
NO AMBIENTE
LABORAL**



Arte: Antonio Machado

O mercado de trabalho vem se tornando cada vez mais exigente e tende a valorizar profissionais proativos, completos e que tenham, portanto, competência para desempenhar com qualidade e eficiência várias funções. Assim, torna-se essencial apresentar no currículo, além de informações concernentes à formação profissional, qualificações complementares, como um curso de inglês, o que, em muitos casos, é imprescindível para a admissão de empregados.

Esta realidade é observada pelas empresas. Muitas reconhecem que os seus funcionários precisam de atualização profissional contínua, o que é salutar para os empregados, bem como, para os próprios empreendedores. No Pará, mais precisamente na cidade de Parauapebas, no sudeste do estado, a mineradora Vale tem uma política consolidada de oferta de cursos para o seu quadro de profissionais.

“As pessoas são os principais ativos de uma empresa. As organizações são conduzidas por recursos humanos, que transformam o trabalho em resultados positivos para o empreendimento. Na Vale, educação é prioridade e faz parte da estratégia de gestão. Oferecer qualificação, requalificação ou atualiza-



Frequentei os cursos com o objetivo de obter um maior conhecimento técnico na minha área de atuação, inclusive em relação aos equipamentos com os quais trabalho. Ganhei em termos de qualificação profissional, o que me possibilita realizar as minhas atividades com mais precisão.”

Marcio Almeida Silva, técnico eletromecânico da Vale

ção significa manter-se competitivo no mercado e o constante aperfeiçoamento do seu capital humano. A trajetória de sucesso da empresa está amplamente relacionada à forte qualificação dos seus empregados”, esclarece a gerente de Educação Regional – Pará da empresa, Magda Fernandes Damasceno.

Internamente, a Vale desenvolve ações educacionais para três públicos: técnicos operacionais, técnicos especialistas e líderes. De acordo com a gerente, além destas qualificações técnicas, há um conjunto de competências transversais decorrentes da estratégia, valores, políticas e processos corporativos da empresa, que devem ser compreendidas e praticadas por todos os empregados. Entre elas há a Saúde & Segurança, Meio Ambiente, Sustentabilidade, Criatividade e Inovação e Gestão do Conhecimento.

Segundo Magda Damasceno, as qualificações contemplam todas as áreas de atuação da empresa. Há cursos técnicos, referentes à área de atuação de cada empregado, de idiomas e de pós-graduação (mestrado e doutorado).

Na mineradora, os colaboradores podem sugerir as qualificações que querem ter no currículo. “Todos os cursos considerados importantes para os cargos e funções existentes na Vale são mapeados a par-

tir da interação com os próprios empregados. O desenho dos currículos educacionais é construído a partir da experiência e sugestão das próprias áreas de negócio e, conseqüentemente, dos empregados”, revela Magda Damasceno.

Segundo a gerente, com a oferta dos cursos e busca pela excelência de desempenho “é possível reduzir ocorrências por falhas funcionais, ampliar a consciência do papel do indivíduo na equipe e nos negócios, reconhecer competências e qualificar profissionais em menor prazo e com alto padrão de qualidade”, defende.

ESFERA PÚBLICA TAMBÉM INVESTE EM QUALIFICAÇÃO

A oferta de cursos de qualificação não é uma realidade apenas presente nas empresas privadas. A administração pública também está inserida neste contexto. No Pará, a Secretaria de Estado de Meio Ambiente (Sema) é um dos exemplos. Por meio da sua Gerência de Treinamento e Desenvolvimento (GTD), o órgão possibilita aos seus servidores (temporários e efetivos) a participação em qualificações complementares.

De acordo com a técnica em gestão pública e psicóloga do GTD, Ana

Cláudia de Oliveira Costa, os cursos oferecidos pela Sema são variados, entre qualificações técnicas, administrativas e gerenciais. Em 2012 foram realizados 123 cursos, o que gerou a capacitação de 327 servidores.

A Sema também incentiva a qualificação acadêmica. Neste sentido, recentemente, dois servidores obtiveram licença para participar dos cursos de doutorado dos Programas de Pós-Graduação em Educação e em Ecologia Aquática e Pesca, ambos da Universidade Federal do Pará (UFPA).

Para a viabilização dos cursos, a Secretaria possui parcerias com outros órgãos, como a Escola de Governo do Estado do Estado do Pará. Geralmente, as qualificações acontecem em locais disponibilizados por órgãos conveniados ou empresas contratadas.

Para a técnica em gestão pública, tanto os servidores quanto a Sema ganham com a realização de qualificações complementares. “Os servidores adquirem mais conhecimentos, o que os possibilita a atuar de forma mais qualificada no seu ambiente de trabalho, além de sentirem-se valorizados pelo investimento da Sema. Já a Secretaria ganha servidores mais motivados e passa a ter um processo de gestão mais moderno e eficaz”, finaliza Ana Cláudia Costa. ❏

☞ **Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral do Estado do Pará – Sinditec**

Presidente: Flávio Junqueira Smith
(91) 3230-3721
flavio@castanhhal.com.br
www.sindindustria.com.br/sinditecpa

☞ **Sindicato das Indústrias Madeireiras do Vale do Açar – Simava**

Presidente: Oseas Nunes de Castro
(91) 3727-1512 / 3727-1016
madeireirama@southmail.com
www.sindindustria.com.br/simavapa

☞ **Sindicato das Indústrias Gráficas do Oeste do Pará**

Presidente: Antônio Djalma Vasconcelos
(93) 9121-6220
djasvascon@yahoo.com.br
www.sindindustria.com.br/sigepa

☞ **Sindicato das Indústrias Gráficas do Estado do Pará – Sigepa**

Presidente: Carlos Jorge da Silva
(91) 4009-4985 / 3241-5744
sigepa@globocom / sigepa@fiepa.org.br

☞ **Sindicato da Indústria de Confeccões de Roupas e Chapéus de Senhora do Estado do Pará – Sindusroupa**

Presidente: Rita Arêas
(91) 4009-4872
sindusroupa@yahoo.com.br
www.sindindustria.com.br/sindusroupa

☞ **Sindicato da Indústria de Marcenaria do Estado do Pará – Sindmóveis**

Presidente: Neudo Tavares
(91) 3212-3318
sindmouveis@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sindmouveispa

☞ **Sindicato da Indústria de Azeite e Óleos Alimentícios do Estado do Pará – Sinolpa**

Presidente: Antônio Pereira da Silva
(91) 4009-8000 / 4009-8004 / 3258-0001
apereira@agropalma.com.br
www.sindindustria.com.br/sinolpa

☞ **Sindicato da Ind. Metalúrgica, Mecânica e de Mat. Elétrico do Estado do Pará – Simepa**

Presidente: Marcos Marcelino de Oliveira
(91) 3223-7146 / 3242-7107
simepa@simepa.com.br
mrmarcos@marcosmarcelino.com.br
www.sindindustria.com.br/simepa

☞ **Sindicato das Indústrias de Mármore e Granitos do Estado do Pará**

Presidente: Ivan Palmeira Anijar
(91) 3210-8800 / 3210-8843
ivanijar@marmobraz.com.br

☞ **Sindicato da Indústria de Pesca do Estado do Pará – Sinpesca**

Presidente: Armando José Romaguera Burl
(91) 3241-4588 / 3241-2101
sinpesca@interconnect.com.br
sinpesca@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sinpescapa

☞ **Sindicato da Indústria de Calçados do Estado do Pará**

Presidente: Jaime da Silva Bessa
(91) 3224-6621
jaimebessa@hotmail.com

☞ **Sindicato da Ind. de Madeira de Jacundá – Simaja**

Presidente: Jonas de Castro
(94) 3345-1224 / 3345-1186

☞ **Sindicato da Indústria da Construção Civil do Estado do Pará – Sinduscon**

Presidente: Marcelo Gil Castelo Branco
(91) 3241-4058 / 3212-0132 / 4009-4988 / 3241-3763
secretaria@sindusconpa.org.br
www.sindindustria.com.br/sindusconpa
www.sindusconpa.org.br

☞ **Sindicato da Ind. de Serr., Carp. Tan. Mad. Compensadas de Marabá – Sindimar**

Presidente: João Batista Corrêa Filho
Rua Nagib Mutran, 395 – Cidade Nova
68501-570, Marabá (PA)
www.sindindustria.com.br/sindimarpa

☞ **Sindicato da Indústria de Panificação do Estado do Pará – Sippa**

Presidente: Elias Pedrosa
(91) 3222-5140 / 3241-1052
sippa@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sippa

☞ **Sindicato da Ind. Metalúrgica, Mecânica e de Material Elétrico de Construção e Região Norte e Nordeste – Simenepa**

Presidente: Nelson Tauro Oyama Kataoka
(91) 3721-3835 / 3711-0868
simenepa@hotmail.com / delegaciacaastanhhal@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/simenepa

☞ **Sindicato da Indústria da Construção Naval do Estado do Pará – Sinconapa**

Presidente: Fábio Ribeiro de Azevedo Vasconcelos
(91) 3224-4142 / 4009-4981
fabio.sinconapa@fiepa.org.br / sinconapa@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sinconapa

☞ **Sindicato da Indústria de Bebidas do Estado do Pará**

Presidente: Juarez De Paula Simões
(91) 3201-1500 / 3201-1508
juarez.simoes@gruposisimoes.com.br
www.sindindustria.com.br/sindbebidaspa

☞ **Sindicato da Indústria de Serr. Tan. Mad. Comp. de Mad. de Paragominas – Sindiserpa**

Presidente: Mario Cesar Lombardi
(91) 3011-0053
sindiserpa@nortnet.com.br
www.sindindustria.com.br/sindiserpa

☞ **Sindicato da Indústria de Palmitos do Estado do Pará – Sindipalm**

Presidente: Fernando Bruno C. Barbosa
(91) 3225-1788 / 4009-4883
sindipalm@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sindipalmpa

☞ **Sindicato da Ind. de Benef. de Arroz, Milho, Mand. Soja, Cond. e Rações Bal. do Estado do Pará**

Presidente: Paulo Roberto Mendes
(91) 3222-0339
moinhoesperanca@hotmail.com

☞ **Sindicato da Indústria de Olaria Cerâmica para Construção e de Artefatos de Cimento a Armado do Estado do Pará – Sindolpa**

Presidente: Lisio dos Santos Capela
(91) 3241-0349
lscapela@gmail.com

☞ **Sindicato da Indústria de Madeira de Tucuruí e Região – Simatur**

Presidente: Angelo Colombo
simatur@mcoline.com.br

☞ **Sindicato da Ind. de Preparação de Óleos Vegetais e Animais, Sabão e Velas do Estado do Pará**

Presidente: Luiz Otávio Rei Monteiro
(91) 3204-1400/1401 / 3204-1430
smdist@amazon.com.br
vendas@grupostamaria.com.br

☞ **Sindicato da Ind. de Produtos Químicos, Farm. e de Perfumaria e Artigos de Toucador do Estado do Pará – Sinquifarma**

Presidente: Nilson Monteiro De Azevedo
(91) 3241-8176 / 4009-4876
nilson@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sinquifarmapa

☞ **Sindicato das Indústrias de Biscoitos, Massas, Café (Torrefação e Moagem), Salgadinhos, Substâncias Aromáticas, Doces e Conservas Alimentícias, Laticínios e Produtos Derivados do Estado do Pará**

Presidente: Helio De Moura Melo Filho
(91) 3711-0868
siapa@linknet.com.br / helio@hilea.com.br
www.sindindustria.com.br/siapa

☞ **Sindicato da Agroindústria Tabageira do Estado do Pará – Saitepa**

Presidente: José Joaquim Diogo
(91) 4009-4871
www.sindindustria.com.br/saitepapa

☞ **Sindicato da Ind. de Serr. Tan. de Mad. Comp. e Lam. de Belém e Ananindeua**

Presidente: Cezar Remor
(91) 3225-4081 / 4009-4878 / 3242-7342
sindimade@sindimade.com.br
www.sindindustria.com.br/sindimadpa

☞ **Sindicato da Carne e Derivados do Estado do Pará – Sindicarne**

Presidente: Dalberto Uliana
(91) 3225-1128 / 4009-4886
sindicarnepa@sindicarnepa.com.br
www.sindindustria.com.br/sindicarnepa

☞ **Sindicato da Indústria Madeireira de Dom Eliseu – Simade**

Presidente: Rogério Bonato
(91) 3335-1142

☞ **Sindicato das Ind. da Construção e do Mobiliário de São Miguel do Guamá, Irituia Mãe do Rio e Aurora Do Pará – Sincom**

Presidente: Raimundo Gonçalves Barbosa
(91) 3446-2564 / 3446-1184
sicomsmsg@hotmail.com
www.sindindustria.com.br/sicompa

☞ **Sindicato da Ind. Madeireira e Moveleira de Tailândia – Sindimata**

Presidente: João Batista Medeiros
(91) 3752-1233 / 3752-1309
sindimata@lidnet.com.br
www.sindindustria.com.br/sindimatapa

☞ **Sindicato da Ind. da Construção e do Mobiliário de Castanhal**

Presidente: Roberto Kataoka Oyama
(91) 3721-3835 / (91) 3711-0804
delegaciacaastanhhal@fiepa.org.br / regina.cast@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sicmcpa

☞ **Sindicato da Ind. de Serraria, Tanoaria de Madeiras Compensadas e Laminados do Arquipélago do Marajó – Simmar**

Presidente: Deajar Francisco De Oliveira
(91) 3783-1228
org.contabeis@bol.com.br
www.sindindustria.com.br/simmarpa

☞ **Sindicato da Ind. de Reparação de Veículos e Acessórios do Estado do Pará – Sindirepa**

Presidente: André Luiz Ferreira Fontes
(91) 3254-5826 / 3244-8844
tecnover2@yahoo.com.br
www.sindindustria.com.br/sindirepa

☞ **Sindicato da Ind. de Frutas e Derivados do Estado do Pará – Sindifrutas**

Presidente: Solange Motta
(91) 3212-2619
sindifrutas@fiepa.org.br
www.sindindustria.com.br/sindifrutasp

☞ **Sindicato da Ind. de Madeira do Baixo e Médio Xingu – Simbax**

Presidente: Renato Mengoni Junior
(93) 3515-3077
simbaxaltamira@yahoo.com.br

☞ **Sindicato das Indústrias de Ferro-gusa do Estado do Pará – Sindiferpa**

Presidente: Leonildo Borges Rocha
(91) 3241-2396 / 2347 / 4009-4884
anaclaudia@sindiferpa.com.br
www.sindindustria.com.br/sindiferpa

☞ **Sindicato das Indústrias Mineraias do Estado do Pará – Simineral**

Presidente: José Fernando Gomes Junior
(91) 3230-4066
presidencia@simineral.org.br
www.sindindustria.com.br/simineraispa

☞ **Sindicato das Indústrias de Laticínios do Estado do Pará**

Presidente: Frederico Vendramini Nunes Oliveira
(94) 3322-1953
sindileitepa@hotmail.com
www.sindindustria.com.br/sindileitepa

Atenção Industrial,

O Sistema FIEPA está atualizando o cadastro industrial e precisa de você!



Ao renovar o cadastro sua empresa:

- Receberá informações sobre produtos e serviços que o Sistema FIEPA - SESI - SENAI - IEL tem para oferecer.
- Estreitar relacionamento com fornecedores e consumidores.
- Terá ampla divulgação do seu negócio, pois o cadastro será disponibilizado para consulta on-line.



FICHA DE ATUALIZAÇÃO CADASTRAL

DADOS DA EMPRESA		
Nome completo do representante legal da empresa:		
Cargo do representante legal da empresa:		
Razão Social da empresa:		
Nome Fantasia da empresa:		
Nº do CNAE (da atividade principal da empresa):		
Qual o produto da sua empresa (o que produz?):		
CNPJ nº:		Ins. Estadual nº:
Endereço:		
Bairro:	CEP:	Cidade/Estado:
Telefone:		Fax:
Site:		E-mail:
Faixa de faturamento anual (R\$)		
<input type="checkbox"/> Até R\$ 50.000,00	<input type="checkbox"/> De R\$ 400.000,01 a R\$ 500.000,00	Porte da Empresa
<input type="checkbox"/> De R\$ 50.000,01 a R\$ 100.000,00	<input type="checkbox"/> De R\$ 500.000,01 a R\$ 1.000.000,00	<input type="checkbox"/> Micro
<input type="checkbox"/> De R\$ 100.000,01 a R\$ 200.000,00	<input type="checkbox"/> De R\$ 1.000.000,01 a R\$ 5.000.000,00	<input type="checkbox"/> Pequena
<input type="checkbox"/> De R\$ 200.000,01 a R\$ 300.000,00	<input type="checkbox"/> De R\$ 5.000.000,01 a R\$ 10.000.000,00	<input type="checkbox"/> Média
<input type="checkbox"/> De R\$ 300.000,01 a R\$ 400.000,00	<input type="checkbox"/> Acima de R\$ 10.000.000,01	<input type="checkbox"/> Grande
Exportador: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		Importador: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não
Quantidade de funcionários:		
Optante do simples: <input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não		

Preencha a ficha de atualização cadastral acima, e envie via fax (91 3259 1216) ou pelo e-mail: contato@simetria-cpp.com.br



SENAI Pará, 60 anos. Inovando com a indústria. Mudando vidas.



*Roseane Soledade,
é aluna do Senai.*

O SENAI É REFERÊNCIA MUNDIAL EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA E JÁ QUALIFICOU NO PARÁ MAIS DE MEIO MILHÃO DE PESSOAS AO LONGO DE 60 ANOS. SÃO CURSOS QUE FORMAM DESDE JOVENS APRENDIZES A PROFISSIONAIS ALTAMENTE ESPECIALIZADOS, TRAZENDO INOVAÇÃO TECNOLÓGICA PARA A INDÚSTRIA. E PRODUZINDO NOVOS CAMINHOS PARA TODOS.



SENAI

